



Anais da Assembléia

Nº 171

CURITIBA, SÁBADO, 20 DE DEZEMBRO DE 1975.

ANO I

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 251ª SESSÃO ORDINÁRIA
(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)
REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 1975
(Sábado).**

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Muggiati Filho, Rosário Pitelli, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (39); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Antonio Facci, Domício Scaramella, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos e Valter Pietrângelo. (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão a ata.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, solicito uma retificação na ata da sessão anterior, lida pelo Sr. 2º Secretário, eis que onde foi lido “Diretora da Biblioteca Pública de São Paulo”, assunto que trata de um voto de louvor à referida, leia-se “Diretora da Biblioteca Pública do Paraná”.

O SR. PRESIDENTE — Será retificado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada com observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

- de autoria do Senhor Deputado Deni Schwartz, solicitando votação nominal de todas as Emendas ao Projeto de Lei 143/75.
- de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando preferência de votação para os projetos que se seguem ao Projeto de Lei 143/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão um voto

de regozijo pela passagem do 23º aniversário da instalação do município de Primeiro de Maio.

Fundada em 1915, tendo como seus primeiros moradores os Senhores Francisco Augusto de Oliveira, Antonio Augusto de Oliveira, Francisco Silowski, José Correia Porto de Abreu, João Batista Pereira, Eleutério Derozzo, Francisco Denardi e os irmãos Domingos, Primeiro de Maio foi elevada à categoria de distrito Administrativo em virtude do Decreto-Lei de 30 de dezembro de 1936.

Pela Lei Estadual 790, de 14 de novembro de 1951, Primeiro de Maio foi à categoria de município, sendo desmembrado de Sertanópolis, sendo que a instalação oficial ocorreu em 17 de dezembro de 1952, data em que foi empossado o Sr. José Correia de Porto Abreu, como seu primeiro Prefeito Municipal.

Da decisão desta Casa, requer-se sejam oficiados o Sr. Prefeito Municipal e a Câmara de Vereadores de Primeiro de Maio.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1975.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. General Alcindo Pereira Gonçalves, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando-lhe providências urgentes no sentido de coibir a abusiva invasão de casas que está ocorrendo no distrito de São José do Itavó, município de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se oficie ao Ministério do Exército para que o mesmo através do Sr. Ministro estude a viabilidade do passamento do acervo da ex-Guarnição Militar da cidade de Castro ao Patrimônio da Universidade Estadual de Ponta Grossa, meio esse que muito representaria para extensão daquela instituição de ensino superior à vizinha cidade, com a instalação do curso de Veterinária.

Carente de recursos a UEPG, teria a infra-estrutura para a implantação daquele curso e ao mesmo tempo iria sanar uma grande lacuna do ensino na região dos Campos Gerais.

Castro, cidade tradicional do Paraná, ganharia, bem como toda a região, pois além de atender interesses culturais colaboraria para a conservação daquele valioso patrimônio, certo do alto espírito de brasilidade apelamos a intercessão do Sr. Governador Jayme Canet e do Sr. Secretário Borsari Neto para auxiliar e referendar esse pedido em termos da comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se oficie à Direção da Viação Garcia os agradecimentos do Poder Legislativo pela colaboração prestada por essa Empresa aos interesses comunitários do Estado.

Todas às vezes quando solicitada foi a Viação Garcia pronta e atenciosa em todas as iniciativas assistenciais e filantrópicas do Paraná, dando uma demonstração do alto espírito cristão e despreendimento em termos paranaenses.

Requer, outrossim, que do mesmo se dê conhecimento à Direção da Empresa.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o plenário desta Casa, seja designada uma Comissão de Deputados para representar este Poder Legislativo nas solenidades de encerramento da "EXPOVEL" — Exposição Feira, Agropecuária e Industrial de Cascavel, no próximo dia 21 e 22 em Cascavel.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o douto plenário, requer seja consignado um voto de louvor à Direção da Rede Ferroviária Nacional, pela nomeação do Engenheiro Renato Meister, como chefe do setor sul, da mencionada organização.

Dando-se conhecimento à Direção Nacional da Rede e ao Ministro dos Transportes, do regozijo da Assembléia Legislativa do Paraná, por tão auspicioso ato.

O Engenheiro Renato Meister, Técnico Paranaense dos mais ilustres, ao longo da sua carreira sempre demonstrou alta capacidade técnica, em todos os cargos que exerceu, competente, modesto, discreto, muitas vezes humilde é bem o tipo da gente paranaense.

Conheci-o como Professor e Engenheiro da Rede em União da Vitória, onde mercê de suas aptidões, conquistou o respeito e admiração de toda a região, principalmente no magistério onde demonstrou-se extraordinário em seu exercício.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

É o presente para requerer com assentimento plenário, voto de congratulações ao DER, autarquia rodoviária do Estado, pelo transcurso do seu 29º ano de sua criação que ocorre no dia de hoje.

A Assembléia Legislativa do Paraná também se incorpora às manifestações de júbilo, reconhecendo o esforço que fez e que faz o DER pelo desenvolvimento rodoviário do Paraná.

Requer ainda que, aprovado este petitório, comunique-se ao Exmo. Sr. Secretário de Transportes e Srs. Diretores daquela e Srs. Diretores daquela autarquia.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1975.

a) LUIZ ROBERTO SOARES

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Lê):

"Sr. Presidente, e Srs. Deputados.

Gostaria de abordar hoje, desta tribuna, o projeto apresentado pelo Deputado Federal Cleverson Teixeira e que ora se encontra na Comissão de Justiça da Câmara Federal.

Trata-se de um trabalho desse jovem parlamentar paranaense, cujo principal escopo é sem dúvida, propiciar a mais ampla participação dos filiados dos dois partidos políticos brasileiros.

Dependendo do interesse de urgenciar a decisão, tal projeto de lei se aprovado, poderá ser posto em prática já nas próximas eleições municipais.

Referido projeto de lei traz no seu bojo alterações no "quorum" dos partidos para suas convenções, facilitando as sub-legendas e fazendo com que da decisão das sub-legendas participem, não apenas os membros do diretório, mas todos os filiados do partido.

Isto significa que o filiado de ambos os partidos políticos, não será apenas aquele que vote para eleger o diretório de sua agremiação, mas, terá ele também importante participação na escolha de candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereadores.

Será inclusive um dos caminhos para proteção das minorias.

Hoje, ninguém pode ignorar, que dentro dos sistemas do bi-partidarismo em que vivemos, é difícil harmonizar em apenas duas legendas, uma série de lideranças e facções.

Se até ontem o problema era apenas da ARENA, é inegável que com o crescimento do MDB, também o partido da oposição passe a viver o mesmo drama e os exemplos não tem sido poucos.

Hoje diferentes agrupamentos servem-se das sub-legendas para dentro do mesmo partido concentrar a sua luta, chegando quase a formar verdadeiros mini-partidos dentro dos únicos dois partidos existentes.

Não ocorrendo a comentada ampliação do número de partidos políticos, é preciso que no regime do bi-partidarismo se encontre um meio de acomodar as diferentes tendências.

E o projeto de lei do Deputado Cleverson traz acentuadas benefícios nesse campo.

Projeta mais as lideranças, amplia a participação dos filiados, assegura maiores possibilidades a todos quantos pretendem participar da vida política.

Elimina a possibilidade de diretórios "enflecharem" nas mãos todas as decisões políticas, marginalizando outras lideranças úteis à vida partidária.

E, além do mais, permite que aconteça aquilo que a todos nós parece mais autêntico: que as candidaturas surjam das bases, pela decisão dos filiados e não sejam impostos de cima para baixo.

Parabenizo-me com o jovem deputado paranaense e sabedor que o relator já se pronunciou favoravelmente ao seu projeto de lei, quero crer que Cleverson poderá trazer uma importante contribuição para maior aprimoramento da vida política em nossos partidos".

No requerimento que encaminhamos à Mesa e para o qual esperamos o beneplácito do plenário, registramos um voto de regozijo pela passagem do 23º aniversário da instalação do município de 01 de maio, um dos municípios que temos o prazer de representar, nesta Casa de Leis.

Era isto apenas, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, segundo orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, e Srs. Deputados. No início desta legislatura, pedimos a Sua Excelência

o Sr. Governador do Estado do Paraná, as atenções à nossa instituição de ensino superior de Ponta Grossa, Universidade Estadual de Ponta Grossa, para que fizesse, aquela autoridade, o passamento do acervo do Colégio Augusto Ribas, à nossa instituição maior de ensino.

Infelizmente S. Exa., através das Secretarias subordinadas, através de um parecer já dado anteriormente na outra administração, e nesta não referendada, fez com que Ponta Grossa, a região dos Campos Gerais, não fosse agraciada com a infraestrutura necessária para a instalação do curso de Engenharia Agrônoma.

O nobre Deputado David Federmann tentava e tentou de todas as formas possíveis com o Governo, para que atendessem a este apelo, que não teria e não tem cor partidária. Pedia aquele Deputado de que fosse formulado aquele ponto de vista de um assessor, de uma determinada Secretaria. Infelizmente, S. Exa. o Sr. Governador do Estado, neste seu primeiro ano de mandato, teve e tem o respaldo do povo de Ponta Grossa da região dos Campos Gerais, não teve de si a demonstrar através de um ato puro e simples o passamento daquele acervo a ser referendado à nossa instituição.

Estamos ao final do ano legislativo, e estaremos por três anos aqui novamente nesta tribuna. Queríamos, no próximo ano, que S. Exa. atendessem aos reclamos de Ponta Grossa e da região. E no dia de hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos enviando um pedido ao Ministério do Exército, pedindo a colaboração de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, de S. Exa. o Sr. Secretário de Estado, pedido este já feito por outros Srs. Deputados que fazem assento a esta Casa, com referência à nossa vizinha cidade de Castro. Lá, quando existia uma ex-guarnição militar, e lá se desenvolvia os seus trabalhos de segurança e acima de tudo de assistência a este Paraná e a este Brasil, extinta por um ato do Ministério do Exército, uma patrimônio fabuloso que lá se encontra abandonado, tem a si, a demonstrar a nós homens públicos, que ocupamos uma função pela qual queremos o bem estar do povo, pedir ao Ministério, com o referendo do Paraná, através desses dois órgãos, o passamento daquele acervo à nossa instituição de Ensino, para que seja estendida como foi feito a Telêmaco Borba, a instalação de um curso de veterinária, neste município, carente na nossa região dos Campos Gerais.

Diversos Srs. Deputados, tanta da ARENA como do MDB, tentam a somar para que isso seja concreto. E este nosso objetivo é tão somente para referendar o pedido, que é de toda a região dos Campos Gerais.

Queremos também, nesta tarde, e estamos entrando com um pedido, um requerimento e um ofício à Viação Garcia deste Estado, que colaborou em todas as apresentações deste Poder Legislativo, nas festas filantrópicas e assistenciais que foram desenvolvidas neste interior do Paraná, onde a equipe dos Srs. Deputados colabora para com os órgãos de assistência deste Paraná, que fazia com que, cada vez que fosse pedida a colaboração para este Poder, tivemos daquela empresa, a satisfação de contarmos sempre com a colaboração devida e atenciosa da alta direção daquela firma de transportes.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tínhamos a apresentar na tarde de hoje.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto, terceiro orador inscrito.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Solicitei a palavra aqui no Pequeno Expediente, apenas para me associar ao requerimento formulado pelo Deputado Dácio Leonel, no qual pede à Mesa, depois de aprovado pelo plenário, a intenção ou melhor a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de regozijo pelo transcurso

do 23º aniversário de instalação do município de Primeiro de Maio.

Mas, se a data é realmente festiva para o município de Primeiro de Maio, porque significa mais um ano que se comemora a sua emancipação política, de outro tanto temos que reconhecer que a data em que se comemora este aniversário também tem o seu lado triste, ou melhor, doloroso. É que simultaneamente se comemora o aniversário de emancipação política e se inicia o primeiro de derrocada econômica.

Isto porque está se construindo naquela região, e vão ser abertas as comportas da Usina de Salto Capivara. O alagamento a ser provocado na região decretará o decréscimo econômico de tal ordem, que não será novidade se no próximo ano eu e o Deputado Dácio Leonel aqui viermos nesta tribuna, não mais para nos regozijarmos pelo aniversário da emancipação política mas talvez para anunciarmos a extinção de um município politicamente emancipado e economicamente estável.

Entendo que no que pertine à construção de usinas hidrelétricas, não é apenas a indenização dos proprietários dos imóveis a serem alagados que conta. Mais do que isto, parece-me que em relação a este aspecto deveria ser também ouvida a Assembléia Legislativa para que se pronunciasse sobre a oportunidade de se indenizar a Unidade da Federação pelos prejuízos econômicos que disto fatalmente advêm.

Só para exemplificar, no município de Primeiro de Maio, entre outras, a plantação de soja, que lá existe será completamente perdida em função deste alagamento de corrente de abertura das comportas.

Perguntar-se-ia. Quem perde com isto? Apenas aquele que plantou? Não. Ele, sim, perdeu. Mas o Estado perdeu muito mais porque no exato momento em que cessa num território a sua condição econômica, obviamente ele também perde. Todavia, o Estado do Paraná, por isso não está sendo indenizado.

Sem embargo desta situação, quero, então, reafirmar minha satisfação em poder, junto ao Deputado Dácio Leonel, regozijar-me pelo aniversário, 23º da emancipação política do município de 01 de Maio.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já no limiar de termos no Paraná, o Tribunal Regional de Justiça do Trabalho; distribuímos à imprensa uma matéria de nossa autoria, dando nosso posicionamento e, inclusive, até com certa veledade, tomamos a liberdade de indicar ao Sr. Presidente da República um nome eminentemente paranaense, que se constitui uma das reservas morais mais sólidas que temos em se tratando de justiça trabalhista.

A matéria que tivemos a honra de dar à esta casa e à imprensa, diz mais ou menos o seguinte: que somos um dos Deputados, a par de outros, que se empenharam pela instalação e criação da Justiça do Trabalho, há muitos anos, e agora tornou-se realidade, de acordo com a Lei 6241, de 22 de setembro de 1975.

A referida lei autoriza o Poder Executivo a abrir crédito para despesa com instalação do Tribunal. O Governo do Estado, colaborando com o Tribunal Superior do Trabalho, encarregou-se de construir o prédio e compra móveis e material. Está prevista a inauguração para janeiro. Não obstante, pomos em dúvida essa data, porque a adaptação do prédio, compra de móveis e material, fará com essa inauguração se postergue para o mês de abril ou maio.

Dissemos também que, por outro lado, aguardamos ainda a nomeação pelo Presidente da República, dos juizes que comporão o novo Tribunal, conforme lista tríplice, já encaminhada ao Ministério da Justiça pelos Tribunais da 2ª e 4ª Região.

Santa Catarina briga por seu candidato, nós temos o

nosso, Santa Catarina toda ela está estruturada, para fazer uma só indicação. O Governo de Santa Catarina, com os Poderes Legislativo e Executivo, estão todos irmanados com um só pensamento e indicará apenas um membro para que o Sr. Presidente da República escolha esse ilustre catarinense também para ser um dos Juizes do Tribunal Regional do Trabalho.

Temos um candidato aqui do Paraná, e gostaríamos que o Sr. Governador do Estado, o líder da ARENA e as bancadas

se unissem em torno do nome do Sr. Leonargo Abbage, que tem longa tradição no Juízo do Trabalho e, sem dúvidas senhunas, poderá ser honrado pelo Presidente Ernesto Geisel, com sua escolha para Magistrado daquele Tribunal.

Com respeito à criação de Juntas, justificamos a criação e instalação do Tribunal Regional do Trabalho, em razões dos processos distribuídos nos últimos anos para a Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba. Em 1971 foram julgados 5985 processos; em 1972 — 6642; em 1973 — 7487; em 1974 — 8856 e, em 1975, até 30 de novembro último, 7800 processos.

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao nobre orador que está esgotado o tempo que dispunha e concedo mais um minuto para que possa terminar sua oração.

O SR. NELSON BUFFARA — Concluirei, Sr. Presidente.

Igualou-se o movimento em relação ao ano de 1974, no ano de 1975, pelo fato de, a partir de julho de 1975, as reclamações terem sido encaminhadas aos Sindicatos, os quais conseguem em entendimento direto com as empresas, acordos, sem o ajuizamento das reclamações. Todavia, nos meses de outubro e novembro, verificou-se substancial aumento de reclamações, o que levar a crer, principalmente com a implantação da Cidade Industrial e com a instalação do Tribunal Regional do Trabalho, considerável aumento de reclamações movendo, desde já, a atenção dos órgãos competentes para a criação de mais duas Juntas, pelo menos, em Curitiba, Paranaguá e outros grandes centros populacionais de nosso Estado".

Um dos problemas que quero ressaltar, é uma vez que Santa Catarina está se movimentando no sentido de indicar um único nome, como paranaenses, nos urnas e, apesar de existirem vários nomes ilustres, indicar o nome ilustre de Leonardo Abbage. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, quinto orador inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa presença aqui hoje é tão somente para, em nome da bancada do Movimento Democrático Brasileiro, registrar a data de ontem, 19 de dezembro, em que se comemorou a Emancipação Política do Estado do Paraná.

Faço isto com satisfação e por deferência de nosso líder Muggiati Filho e para dizer que o Paraná ao se emancipar de São Paulo, ao dar esse passo na sua vida histórica, marcou dali para cá o progresso que estamos sentido através do esforço e do arrojo de seus filhos. Em razão desse acontecimento esta União da Federação está se colocando em destaque entre aqueles Estados de maior projeção no concerto dos Estados Brasileiros.

Desta maneira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos, em nome do Movimento Democrático Brasileiro, deixar significado o nosso entusiasmo e a nossa satisfação em vermos o Paraná caminhando a passos largos graças ao esforço conjugado de todos os paranaenses. Haveremos de lutar muito mais, haveremos de dar a nossa contribuição no sentido de levar o Brasil também entre as maiores nações do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

É com prazer que venho mais uma vez a esta tribuna para dizer que Cascavel e a região oeste do Paraná, depois de ter iniciado uma Exposição-Feira inédita naquela parte do Paraná, iniciou, no dia 13 do corrente mês, e vai a termo no dia 21, amanhã, razão pela qual ocorreu aquela comuna não só o potencial agropecuário e industrial que era produz, mas também grandes representações do Sul do Brasil.

Deixo registrada, nesta Casa, uma homenagem especial a todos aqueles que compreendendo a pujança do nosso município, que entendendo o equacionamento das riquezas que aquele povo manipula, perceberam que, a maior riqueza do Paraná — sem demérito às demais regiões — hoje, está localizada no oeste do Paraná; somando-se ao complexo hidrelétrico Itaipu, que eu reputo um dos maiores acontecimentos de 1975 feito por dois povos, a união da fraternidade latinoamericana. E é com este espírito e esta compreensão, que eu entendo da necessidade, Sr. Presidente, de, ao encerrar-se aquela Exposição-Feira que marca o desenvolvimento não só da região mas do Brasil no plano industrial de maquinaria pesada, requeremos e enviaremos, por escrito, à Mesa, um pedido de que esta Assembléia se faça representar naquele encerramento da Exposição-Feira de Cascavel — EXPOVEL 75 — e solicitarmos também, Sr. Presidente, que sejam colocados nessa representação, Deputados que são a expressão representativa daquela região e sobretudo daquela cidade.

Queria também convidar a todos os parlamentares, para se fazerem presentes naquela realização, onde naturalmente conhecerão melhor o trabalho desenvolvido pelo setor de iniciativa privada que representa a sustentação econômica agro-industrial e pecuária do Paraná, que, cheguem a Cascavel, à nossa cidade, para sentirem mais de perto o pulsar do trabalho ritimado do oeste do Paraná, somando-se assim aos esforços do engrandecimento deste Estado, que acaba de fazer a sua comemoração do 122º aniversário de emancipação política.

A região oeste do Paraná ao encerrar aquela Exposição-Feira, encerra também uma homenagem ao Paraná e à receptividade que o Paraná deu a todo o povo que por ali se instalou, trazendo uma equipe nova de trabalho ao Paraná e aos paranaenses, para com eles se incorporarem e se identificarem, tornando-se, assim, pelo espírito do trabalho, pelo coração e pela dedicação, paranaenses de primeira linha.

Muito obrigado, Sr. Presidente, — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença neste plenário, do Sr. Waldomiro Giacomazzo, Presidente da Arena de Toledo.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 141/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e do Rio Grande do Norte, objetivando intercâmbio e Cooperação Técnica entre seus sistemas de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 142/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Mariluz, objetivando a construção de quadra de esportes, no terreno do Ginásio Estadual D. Bosco, da sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 143/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município

de Mirador, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar e a Unidade Sanitária, do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 144/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o município de Icaraíma, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 145/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e a Prefeitura Municipal de Joaquim Távora, objetivando reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Miguel Dias, da sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 146/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o município de Dois Vizinhos, objetivando execução de reparos em prédios de estabelecimentos de ensino daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 147/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e a Prefeitura Municipal de Ampère, objetivando reparos em prédios que especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 148/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e a Prefeitura Municipal de Santo Antonio da Platina, objetivando reparos em prédios onde funcionam o Grupo Escolar de Monte Real e o Grupo Escolar Dona Moralina Eleutério, na sede daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 149/75, que aprova termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e a Prefeitura Municipal de Ibaiti, objetivando reparos em prédios que especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 150/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o município de Curiúva, objetivando execução de reparos em prédios que especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 151/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, objetivando reparos no prédio onde funciona a Escola Estadual de 1º Grau Bartolomeu Mitre, daquela comuna. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 152/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, e o município de São Jerônimo da Serra, objetivando execução de reparos em prédios localizados na sede daquele município, conforme especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 153/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e a Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, objetivando reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar José de Alencar, da sede daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 154/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Caiuá, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Saúde e o Ginásio Estadual, da sede daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 155/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o município de São Mateus do Sul, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 156/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o município de Santa Fé, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Marechal Arthur da Costa e Silva, e o Ginásio Estadual de Santa Fé, na sede daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 157/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o município de Renascença, objetivando execução de reparos, no prédio onde funciona o Grupo Escolar Ney Braga, na sede daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 158/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e a Prefeitura Municipal de Imbituva, objetivando reparos nos prédios que especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 159/75, que aprova Acordo celebrado entre as Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e os Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, objetivando desenvolvimento em regime de colaboração, na programação para o setor metal/mecânica da região Sul, visando sua expansão e modernização. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 160/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, objetivando colaboração financeira com a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, FAMEPAR, em cursos de treinamento. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 161/75, que aprova termo de Convênio entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e do Interior, com o município de Colorado, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 163/75, que aprova termo de Convênio celebrado pela Secretaria do Estado da Segurança Pública com o Conselho Nacional da Faixa Cidadão, objetivando aumentar os meios de Radiocomunicação para defesa da ordem pública e Segurança da Família paranaense. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 162/75, que aprova termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Nova Esperança, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 165/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de Marechal Cândido Rondon, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Estadual Marechal Cândido Rondon, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 166/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de

Tomazina, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Carlos Gomes, ali situados na sede daquele referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 167/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de Tomazina, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Antonio Batista do Nascimento, da sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 168/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de Castro, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Vicente Machado, da sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 169/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de Rolândia, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Presidente Kennedy, da sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 170/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, objetivando colaborar financeiramente com a Fundação de Assistência aos municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do PROJETO DE RESOLUÇÃO 171/75, que aprova termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e do Interior, com o município de Paranacity, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 172/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, objetivando elaboração dos termos de referência para o Plano Micro-Regional de Desenvolvimento Integrado da AMCOPAR. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 178/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de São Pedro do Paraná, objetivando reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Cecília Meireles, da sede daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 179/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Nova Cantu, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rui Barbosa, da sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 180/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria do Interior, com o município de Salto do Lontra, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 181/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e do Interior, com o município de São Jorge do Ivaí, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 182/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre a SUDESUL e o Estado do Paraná, objetivando execução da impressão dos mapas de Aptidão Agrícolas das áreas 3 e 7 do Estado do Paraná. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 183/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná e o ministério da Saúde objetivando desenvolver atividades na área de alimentação e nutrição de acordo com diretrizes consubstanciadas no programa de Nutrição, elaborado pelo Secretaria de Saúde, segundo orientação do INAN. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 184/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Altônia, objetivando execução de ampliação no prédio onde funciona a Unidade Escolar do Distrito de São Jorge. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 185/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Paraíso do Norte, objetivando execução de melhorias nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino daquele município. APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 186/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Cruz Machado, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Everardo Bacheuser, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 187/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Astorga, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 188/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Nova Olímpia, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 189/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Salto do Itararé, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar José Eugênio de Carvalho, da sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 190/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de São José da Boa Vista, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo escolar D. Maria Guimarães, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 191/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Barbosa Ferraz, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 192/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Centenário do Sul, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 193/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Uniflor, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do

referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 194/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Mandaguari, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 195/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Lobato, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 196/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Loanda, objetivando elaboração de projeto de Galerias de águas pluviais, para obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO 197/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Icaraíma, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 198/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Florai, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 199/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de São João do Caiuá, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 200/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Goioerê, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 202/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o município de Foz do Iguaçu, com intervenção do Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual, objetivando a implantação do Plano de Desenvolvimento Urbano de Foz do Iguaçu. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 204/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Guaraci, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 206/75, que aprova termo de Convênio celebrado através da Secretaria de Administração, com o município de São Sebastião da Amoreira, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, da sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 207/75, que aprova termo de convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de Jardim Alegre, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Anita Garibaldi, da sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 208/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Inajá, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o

Ginásio Estadual Padre Anchieta e a unidade Sanitária, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 209/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Chopinzinho, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Visconde de Cairu, da sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 210/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Colombo, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 184/75, que majora em 30 por cento os vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão das funções gratificadas dos Quadros de Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e dos Integrantes da Polícia Militar do Estado. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 238/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 163/75, que aprova a negação da aprovação ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de Paranaguá, que objetivada, era de dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito na área do referido município. Parecer da CCJ., em regime de urgência. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa requerimento para que se proceda a votação deste Projeto e emenda por votação nominal.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa vai por em votação do Projeto de Resolução 238/75, às folhas 13 do Avulso.

O SR. DENI SCHWARTZ — Houve engano, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — O requerimento será apreciado na hora em que for votado o aludido projeto.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 239/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 223/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o IPEA — Instituto de Planejamento Econômico e Social, objetivando Cooperação Técnica para implantação da Região Metropolitana de Curitiba. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 240/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 226/75, que aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de Campo do Tenente, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações que especifica. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 241/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 230/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Apucarana objetivando execução de reparos e melhorias em diversos prédios de estabelecimentos de ensino naquela comuna. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 242/75, de autoria da COMISSÃO de Constituição e Justiça, ex-Proposição 231/75 que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 243/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 237/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de Marilena, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 244/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 239/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município, de São João, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar de mesmo nome da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 245/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 240/75 que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de Ubatã, objetivando execução de reparos em prédios de diversos estabelecimentos de ensino da sede daquela comuna. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 246/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 250/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de Astorga, objetivando execução de reparos em prédios diversos estabelecimentos de ensino na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 247/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 263/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de Roncador, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar General Carneiro, da sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 248/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 280/75, que aprova termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Dois Vizinhos, objetivando construção de prédio para Delegacia de Polícia e Cadeia Pública naquele município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 249/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 305/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santo Antonio do Caiuá, visando execução de obras de combate à erosão urbana na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 250/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 306/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Mandaguaçu, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 251/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 321/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do

Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Lupionópolis, objetivando execução de reparos no prédio do Ginásio Estadual Presidente Bernardes, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 252/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 334/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Wenceslau Braz, objetivando reparos em prédios que especifica, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 143/75, de autoria do Poder Executivo, ofício 256/75, encaminhando mensagem 89/75, que com vistas ao novo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, objetiva criar cargos que especifica nos quadros correspondentes dos Serviços da Justiça, do Estado. Parecers favoráveis da CCJ, CF e CRH, EMENDAS da CCJ, CF e de PLENÁRIO.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, está sobre a mesa requerimento subscrito por 5 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Está nas mãos da Presidência, sobre a mesa. Esta Presidência está anunciando 2ª discussão do Projeto de Lei número 143/75.

Sobre a mesa existem dois requerimentos, um de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, requer preferência de votação para os projetos que a seguir seguem ao Projeto de Lei nº 143/75, a fim de que este seja apreciado em último lugar.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1975.

aa) IVO THOMAZONI
GABRIEL SAMPAIO
EGON PUDELL
WERNER WANDERER
JURANDIR MESSIAS

— Em discussão o requerimento. — Encerrada a discussão. — Em votação. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 203/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 159/75, que nega aprovação ao Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de Cianorte, objetivando dar cumprimento aos dispositivos do Código Nacional de Trânsito na área do referido município. Parecer da CCJ., em regime de urgência, APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 203/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

Art. 1º — É negada a aprovação ao termo de Convênio celebrado em 10 de julho de 1974, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, o município de Cianorte, objetivando dar cumprimento aos dispositivos do código nacional de Trânsito, na área do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente
a) NILSO SGUAREZI — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À RESOLUÇÃO Nº 203/75

O Convênio firmado entre o Departamento de Trânsito – DETRAN, e o município de Cianorte, objetiva implantar naquele município as normas exigidas pelo Código Nacional de Trânsito.

Em diligência verificada a requerimento do Relator, constatou-se por informação da própria Prefeitura Municipal de Cianorte, fls. 10, dos autos, que “o convênio” não foi cumprido e não está em execução.

Ora à Assembléia Legislativa se atribue a competência constitucional de apreciar tais convênios, daí a finalidade de estar tramitando nesta Casa a Mensagem Governamental.

Considerando pois que o convênio apesar de firmado em 10/10/74, portanto a mais de dezesseis meses, até a presente data não está em execução;

Considerando a Cláusula SEXTA do Convênio que reza para após 12 meses de planejamento serem colocadas em execução as atribuições das partes contratantes;

Para considerar finalmente que a rescisão do contrato está prevista na Cláusula SÉTIMA, por inadimplemento de qualquer das partes, e, pela informação obtida junto à municipalidade de Cianorte, o convênio ainda não entrou em execução, é de ser por tal fato, considerado rescindido de ambas as partes, valendo dizer, não poderá ter existência legal, por ferir um dos elementos essenciais do contrato que é o prazo, fixado livremente entre as partes.

Assim, opinamos pela não aprovação do presente convênio recomendando as partes interessadas, que se o desejarem e julgarem conveniente, poderão e darão firmar novo documento, afim de que se elimine o insanável defeito de que se reveste o presente.

Pela desaprovação.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) NILSO SGUAREZI – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO
NÚMERO 203/75

Acreditando que houve equívoco na votação da matéria, em plenário, é de se renovar o PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 203/75, na sua integralidade.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 185/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 147/75, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre a transferência do acervo da Estrada de Ferro Central do Paraná, para a União Federal. Pareceres favoráveis da CCJ e CF. – APROVADO.

PROJETO DE LEI Nº 185/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à União Federal, em decorrência da Lei nº 5768, de 10 de maio de 1968, o acervo de obra “Estrada de Ferro Central do Paraná”.

Parágrafo único – Os imóveis que compõem o acervo da Estrada de Ferro Central do Paraná, adquiridos ou desapropriados por ato do Governo do Estado, são os relacionados às fls. 98 a 116, do processo protocolado sob nº 08398/75-PG.

Art. 2º – O parágrafo único, do artigo 8º, da Lei nº

5768, de 10 de maio de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único – O Poder Executivo gestionará junto ao Governo Federal para obter preferência para o “Programa Especial de Rodovias Alimentadoras”, entre as obras selecionadas para a indenização”.

Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

O advento da Estrada de Ferro Central do Paraná, mesmo admitindo que venha a transportar somente a metade da carga prevista para o próximo ano, levará a um desafogo anual de 79.500 caminhões de 20 toneladas líquidas que deveriam trafegar pelas rodovias. Cada trem que trafegar pela Central do Paraná estará substituindo 24 caminhões de 20 toneladas, diminuindo sensivelmente o custo de transporte de mercadorias. Ao lado disso, o estudo determinado pela Secretaria de Estado dos Transportes apontou o transporte ferroviário como sendo 59 por cento mais barato que o rodoviário.

Mas, como a ferrovia em apreço não pode ser explorada pelo Governo Estadual, cuidou de lavrar convênio com a União Federal, objetivando a sua transferência para a área federal em consequente exploração pela REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A, mediante ressarcimento em favor do primeiro, de todas as despesas realizadas na construção da obra. Entretanto, esse convênio estabeleceu valores fixos a serem pagos pela União os quais, em virtude do longo tempo empregado na construção e entrega da obra como concluída, não condizem com o seu custo real, o que é facilmente compreensível em se considerando problemas de ordem inflacionária e mais as alterações técnicas introduzidas no projeto original do empreendimento, visando à melhoria das condições do primitivo traçado, a próprio pedido da REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A.

Por essa razão e pela necessidade que tem o Estado de se ver ressarcido das importâncias dispendidas com a construção dessa obra e mais porque existem bens imóveis desapropriados pelo Estado e que devem igualmente ser transferidos, torna-se imperativa a lavratura de contratos de compra e venda relativos a esses mesmos bens já citados e discriminados nas relações anexas, as quais fazem parte do processo protocolado sob o número 08398/75-PG.

A entrega da ferrovia pelo Estado ao Governo Federal já foi devidamente autorizada pela Assembléia Legislativa Estadual, conforme se vê da Lei número 5768, de 10 de maio de 1968, em seu artigo 7º:

“Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Governo Federal, destinado a entregar a obra, uma vez concluída a construção, à tutela definitiva desse, e a receber a indenização dos recursos que forem aplicados em função desta Lei, inclusive juros e taxas adicionais, na execução do projeto ferroviário em apreço”.

Por outro lado, a mesma lei previu, em seu artigo 8º, que os recursos já aplicados pelo Estado até aquela data, poderiam ser objeto de indenização, devidamente corrigidos, através de aplicação em obras no Paraná, de interesse estadual ou nacional.

Ocorre, mais, que no parágrafo 2º do citado artigo ficou estipulado que na selação das obras a serem objeto da indenização, o Poder Executivo Estadual gestionaria junto ao Governo Federal no sentido de obter preferência para a construção de um oleoduto ligando Paranaguá e Curitiba. Hoje, entretanto, esse oleoduto está sendo construído sob inteira responsabilidade da PETROBRÁS, nada mais tendo a ver com o ressarcimento do custo da construção da ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO PARANÁ.

Por essa razão é que se torna necessária a alteração do parágrafo segundo do artigo 8º da mencionada lei, para colocar em preferência a aplicação daqueles recursos provenientes do

ressarcimento, em obras de real, atual e prioritário interesse do Governo Estadual. Visando à seleção daquelas obras cuja realização seria mais urgente no setor dos transportes estaduais foi elaborado pela Secretaria de Estado do Planejamento um minucioso estudo que resultou no "Programa Especial de Rodovias Alimentadoras".

Creio de que a medida ora submerida a essa Augusta Casa, merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR – Governador do Estado.

Curitiba, 02 de dezembro de 1975

| Nº | NOME | LOCALIZAÇÃO P/KM | EXTENSÃO | ÁREA M ² | VALOR Cr\$ | DATA | OBS. |
|-----|--------------------------------|-----------------------|------------|---------------------|---------------|----------|-------------|
| 001 | Frigorífico Wilson S.A. | Est. 0 a 33 | 660,00 | 19.800,00 | 20,00 | 31.07.50 | Lig c/RFFSC |
| 002 | Vicente Nadal | 000+000,00/000+449,19 | 449,10 | 71.871,00 | 120.743,28 | 12.06.74 | |
| 003 | Angela Lirani | 000+449,19/001+126,50 | 677,31 | 86.374,00 | 129.561,00 | 14.11.73 | |
| 004 | Esp. Jacomina Carraro Nadal | 001+126,50/003+182,00 | 2.055,50 | 88.342,00 | 148.414,56 | 12.07.74 | |
| 005 | Jeronimo Benjamim Nadal | 003+182,00/004+930,00 | 1.748,00 | 78.377,00 | 131.673,36 | 12.06.74 | |
| 006 | Hilario Clock | 007+515,00/007+550,00 | 35,00 | 1.158,00 | 6.369,00 | 22.03.75 | |
| 007 | Esp. Judith Clock Ditzel | 007+598,00/008+208,00 | 610,00 | 23.180,00 | 278,16 | 07.12.59 | |
| 008 | Eduardo Clock | 008+217,00/008+585,70 | 368,70 | 11.061,00 | 269,31 | 04.05.59 | |
| 009 | Hulda Roeder | 008+830,00/009+410,00 | 580,00 | 24.559,50 | 368,39 | 04.02.58 | |
| 010 | Milton Goncalves | 010+380,00/010+400,00 | 20,00 | 990,00 | 20,00 | 11.09.59 | |
| 011 | R. Hatschbach & Cia. Ltda. | 010+440,00/010+460,00 | 20,00 | 660,00 | 20,00 | 30.05.59 | |
| 012 | Athanasio Rodrigues | 010+480,00/010+485,00 | 5,00 | 660,00 | 13,99 | 26.10.55 | |
| 013 | Demasia Ramos | 010+485,00/010+512,00 | 27,00 | 660,00 | 20,46 | 04.11.54 | |
| 014 | Gustavo Emilio Jansen | 010+560,00/010+600,00 | 40,00 | 4.958,00 | 115,00 | 30.03.53 | |
| 015 | Flavio Carvalho Guimaraes | 010+570,77/12 +385,00 | 1.814,23 | 54.429,90 | Acordo | 24.02.53 | |
| 016 | Esp. Flavio Carvalho Guimaraes | 011+320,00/012+140,00 | x | 14.289,00 | 31.435,80 | 18.12.72 | |
| 017 | Cia. Com. Imob. Paranaense | 012+382,00/013+316,00 | 934,00 | 48.341,00 | 511,17 | 29.11.55 | |
| 018 | Cristina Schneider | 013+280,00/014+800,00 | 1.492,00 | 76.000,00 | 137.200,00 | 03.11.72 | |
| 019 | Sofredo Schemberger | 015+390,00/016+685,00 | 305,00 | 15.250,00 | 27.450,00 | 14.12.72 | |
| 020 | Helena Bacila Nicolau | 021+148,50/022+837,00 | 1.688,50 | 100.485,00 | 401,94 | 15.01.58 | |
| 021 | Mariano Schaffaka | 022+838,88/023+228,88 | 390,00 | 19.500,00 | 23.400,00 | 04.06.73 | |
| 022 | Adib Mitri Nastas | 022+018,00/022+280,00 | 262,00 | 13.879,00 | 19.985,76 | 17.08.74 | |
| 023 | Rozeli Aparecida T. Ferraz | 022+865,00/023+240,00 | 375,00 | 23.581,00 | 31.333,20 | 30.05.73 | |
| 024 | Rozeli Aparecida T. Ferraz | 023+240,00/023+376,00 | 136,00 | 3.400,00 | Incluido (23) | 30.05.73 | L.E. eixo |
| 025 | Orlando Kolek | 023+240,00/023+376,00 | 136,00 | 3.400,00 | 36,25 | 19.06.73 | L.D. eixo |
| 026 | João Rodrigues Sobrinho | 023+376,00/023+538,00 | 160,00 | 10.300,00 | 36,55 | 21.05.53 | |
| 027 | Carlos Kanawate | 023+538,00/024+080,00 | 524,00 | 30.486,50 | 38.583,80 | 07.05.73 | |
| 028 | Antonio Chesini | 024+080,00/025+800,00 | 1.740,00 | 89.494,50 | 68.800,45 | 04.05.73 | |
| 029 | Esp. Manoel Alfredo Stadler | 027+204,00/028+674,00 | 1.470,00 | 103.089,00 | 30.920,70 | 26.06.73 | |
| 030 | Orlando Hennberg | 028+674,00/028+725,00 | 51,00 | 3.928,50 | 1.178,55 | 05.11.73 | |
| 031 | Victor Krychow | 028+725,00/029+236,00 | 511,00 | 26.128,81 | 7.538,58 | 06.06.73 | |
| 032 | Bonifacio da Luz Gomes | 029+236,00/030+238,00 | 1.000,00 | 56.165,00 | 22.466,00 | 09.01.74 | |
| 033 | Luiz Flisikoski | 031+940,00/034+580,00 | 2.640,00 | 132.000,00 | 41,25 | 29.05.59 | |
| 034 | Cornelio Francisco Gomes | 034+580,00/035+320,00 | 740,00 | 37.000,00 | 15,00 | 11.05.59 | |
| 035 | Manoel Castro Gomes | 035+320,00/036+800,00 | 1.180,00 | 59.000,00 | 24,00 | 17.05.59 | |
| 036 | Francisca C. da Luz Gomes | 036+500,00/050+840,00 | 14.340,00 | 757.000,00 | 223,50 | 16.06.59 | |
| 037 | Manoel Portela Luz | 050+840,00/052+520,00 | 1.680,00 | 134.000,00 | 22.780,00 | 22.07.74 | |
| 038 | Ovidio Bittencourt Ribas | 052+800,00/068+540,00 | 13.940,00 | 711.304,00 | 44.612,00 | 10.10.72 | |
| 039 | Ovidio Bittencourt Ribas | Núcleo Res. R. Tibagi | xxx | 8.846,00 | 10.615,20 | 06.12.74 | N.R. Tibagi |
| 040 | Raul Suplicy de Lacerda | 068+540,00/070+100,00 | 3.560,00 | 178.000,00 | 8.010,00 | 28.02.73 | |
| 041 | Wood Reflorestamento Ltda. | 070+100,00/070+951,70 | 851,70 | 42.585,00 | 2.836,15 | 01.11.74 | |
| 042 | João Nahn Denck | 079+560,00/080+927,90 | 1.367,90 | 34.197,50 | 352,23 | 24.10.72 | L.E. eixo |
| 043 | Odeir Colman | 079+560,00/080+927,90 | 1.367,90 | 34.197,50 | 352,23 | 25.10.72 | L.D. eixo |
| 044 | Casemiro Malsine | 080+927,90/081+202,00 | 274,10 | 13.730,00 | 8,34 | 29.11.55 | |
| 045 | João Nahn Denck | 081+202,00/082+140,00 | 937,50 | 46.875,00 | 965,62 | 24.10.72 | |
| 046 | Pedro Rosa | 082+140,00/082+640,00 | 500,00 | 25.000,00 | 1.250,00 | 02.05.67 | |
| 047 | Genesio Rosa | 082+640,00/083+045,00 | 405,00 | 27.200,00 | 1.360,00 | 28.04.67 | L.D. eixo |
| 048 | Pedro Rosa | 082+640,00/082+940,00 | 300,00 | 15.000,00 | 750,00 | 02.05.67 | L.E. eixo |
| 049 | Henrique Panzarini | 082+880,00/082+980,00 | xxx | 6.882,00 | 342,60 | 02.05.67 | Anexo/faixa |
| 050 | Gumerindo Antunes Mendes | 082+980,00/083+028,00 | xx | 3.072,00 | 153,60 | 28.04.67 | Anexo/faixa |
| 051 | Olivio Mucellm | 083+028,00/083+140,00 | - | 3.078,00 | 153,90 | 02.05.67 | Anexo/faixa |
| 052 | Ararira Cordeiro | Estação do Ipiranga | não consta | 7.000,00 | 12,00 | 01.05.59 | Fora faixa |
| 053 | João Paes de Almeida | Estação de Ipiranga | não consta | 2.963,00 | 300,00 | 23.05.66 | Anexo faixa |
| 054 | Sebastião Garcia de Quadros | Estação de Ipiranga | não consta | 1.689,00 | 150,00 | 23.05.67 | Anexo faixa |
| 055 | Abel Mocelin Neto | 083+240,00/083+710,00 | 470,00 | 23.500,00 | 484,10 | 25.10.72 | |
| 056 | Leopoldina C. de Castro Araujo | 083+710,00/085+740,00 | 2.030,00 | 101.500,00 | 3.045,00 | 27.12.72 | |
| 057 | Euclides Alves Martins | 085+740,00/086+520,00 | 780,00 | 39.000,00 | 1.170,00 | 28.02.73 | |
| 058 | João Alves Correia | 086+520,00/086+770,00 | 250,00 | 12.500,00 | 250,00 | 25.10.72 | |
| 059 | Dario Alves Carneiro | 088+480,00/089+980,00 | 1.500,00 | 86.434,00 | 2.420,16 | 24.10.72 | |
| 060 | Luiz Almeida da Luz | 090+375,00/090+580,00 | 205,00 | 10.250,00 | 1.058,82 | 20.01.75 | |
| 061 | Oliverio L. do Carmo | 090+580,00/091+140,00 | 560,00 | 28.000,00 | 756,00 | 19.12.72 | |
| 062 | Vídeo Colodel | 091+140,00/091+590,00 | 450,00 | 23.665,50 | 709,96 | 19.01.73 | |
| 063 | José Resiere Colodel | 091+590,00/092+318,00 | 728,00 | 36.400,00 | 1.092,00 | 19.12.72 | |
| 064 | Dante Colodel | 092+318,00/092+929,00 | 611,00 | 30.350,00 | 916,50 | 19.01.73 | |
| 065 | Antonio Colodel | 092+929,00/093+390,00 | 461,00 | 23.050,00 | 691,50 | 18.01.73 | |
| 066 | Augusto Lovato | 093+390,00/093+868,00 | 478,00 | 23.900,00 | 689,20 | 19.01.73 | |
| 067 | Augusto Lovato | 093+868,00/094+058,00 | 95,00 | 4.750,00 | 133,00 | 19.01.73 | |
| 068 | Augusto Lovato | 094+058,00/094+550,00 | 82,00 | 4.600,00 | 2.868,00 | 18.10.74 | |

| | | | | | | | |
|-----|----------------------------|-----------------------|----------|---------------|----------------|----------|--------------|
| 069 | Alberto Vandoski | 094+150,00/094+260,00 | 110,00 | 5.500,00 | 2,43 | 24,12,55 | |
| 070 | Antonio Luiz Ganz | 094+267,50/095+030,00 | 762,50 | 50.165,00 | 38,255,77 | 21,03,74 | |
| 071 | Luiz Costa | 095+030,00/095+225,00 | 195,00 | 9.750,00 | 263,25 | 19,01,73 | |
| 072 | Pedro Vandoski | 095+225,00/095+305,00 | 90,00 | 4.636,00 | 125,17 | 24,01,73 | |
| 073 | Joao Francisco Stadler | 095+310,00/095+810,00 | 500,00 | 26.651,50 | 799,56 | 23,01,74 | |
| 074 | Ernesto Scheifer | 095+950,00/096+450,00 | 500,00 | 26.563,00 | 929,70 | 07,12,72 | |
| 075 | Ernesto Scheifer | 096+450,00/097+304,00 | 854,00 | 21.726,00 | 977,67 | 19,02,74 | L.D. eixo |
| 076 | Clara Stadler Faria | 097+304,00/099+290,00 | 1.986,00 | 115.041,00 | 9.203,28 | 17,07,74 | |
| 077 | Galdino Alves | 099+290,00/100+088,25 | 798,25 | 40.727,00 | 1.420,35 | 18,11,74 | |
| 078 | Gercindo Vieira | 100+088,25/100+268,25 | 180,00 | 11.250,00 | 450,00 | 25,01,74 | |
| 079 | Sebastiao Vicente Cardoso | 100+268,00/100+428,00 | 160,00 | 10.657,00 | 319,74 | 25,01,74 | |
| 080 | Brasilino Vieira | 100+410,00/100+690,00 | 280,00 | 20.964,00 | 838,56 | 25,01,74 | |
| 081 | Alcides Scheiffer | 100+690,00/101+450,00 | 760,00 | 58.726,00 | 2.349,04 | 25,01,74 | |
| 082 | Josefina Strutz | 101+458,25/106+078,25 | 4.620,00 | 331.233,00 | 11.593,15 | 16,11,72 | |
| 083 | Joao Maria dos Santos | 106+078,25/106+308,25 | 230,00 | 13.065,00 | 587,92 | 25,01,74 | |
| 084 | Leonor Scheiffer | 106+308,25/106+998,25 | 690,00 | 41.107,00 | 1.529,18 | 24,08,73 | |
| 085 | Josefina Strutz | 106+998,25/107+128,25 | 180,00 | 8.367,00 | 292,85 | 16,11,72 | |
| 086 | E. Degraf & Cia. Ltda. | 107+138,00/108+142,19 | 1.004,19 | 81.242,50 | 2.843,47 | 19,12,72 | |
| 087 | Natal Jose Bonato | 108+142,19/108+602,19 | 460,00 | 46.910,00 | 2.110,95 | 19,02,74 | |
| 088 | Altiva Ferreira Maia | 108+602,19/108+822,19 | 220,00 | 12.123,00 | 484,92 | 19,02,74 | |
| 089 | Rosa Messias da Luz | 108+822,19/109+042,19 | 220,00 | 11.000,00 | 495,00 | 24,04,74 | |
| 090 | Victoria Fogaia dos Santos | 109+042,19/109+095,19 | 53,00 | 2.650,00 | 92,75 | 15,03,74 | |
| 091 | Arthur Messias Falcao | 109+095,19/109+942,19 | 847,00 | 42.914,00 | 1.931,13 | 20,04,74 | |
| 092 | Natal Jose Bonato | 109+942,19/110+186,19 | 244,00 | 12.200,00 | 549,00 | 19,02,74 | |
| 093 | Miroslaw Lepka | 110+186,19/111+059,19 | 872,00 | 43.600,00 | 1.090,00 | 09,02,73 | |
| 094 | Luiz Barbosa Neto | 111+059,19/111+448,09 | 389,90 | 20.567,00 | 822,68 | 13,02,74 | |
| 095 | Octavio Berger | 111+448,09/111+904,88 | 456,79 | 23.369,50 | 634,25 | 09,02,73 | |
| 096 | Joao Neves Camargo | 111+904,88/112+183,09 | 278,21 | 13.910,50 | 556,40 | 25,01,74 | |
| 097 | Caim Berger | 112+183,09/114+508,09 | 2.325,00 | 204.058,00 | 5.101,45 | 15,12,72 | Ver nº 103 |
| 098 | Alberto Henrique | 114+508,09/115+028,09 | 520,00 | 27.147,00 | 678,67 | 17,07,73 | |
| 099 | Alberto Henrique | 115+304,34/115+541,34 | 237,00 | 12.270,00 | 306,75 | 17,07,73 | |
| 100 | Octavio Berger | 115+816,09/115+976,09 | 160,00 | 8.000,00 | 200,00 | 09,02,73 | |
| 101 | Octavio Berger | 116+404,09/116+638,09 | 234,00 | 11.600,00 | 290,00 | 09,02,73 | |
| 102 | Octavio Berger | 116+897,09/117+047,09 | 150,00 | 7.500,00 | 187,50 | 09,02,73 | |
| 103 | Caim Berger | 117+176,09/118+556,09 | 1.380,00 | já inc. no 97 | já incl. no 97 | 15,12,72 | (área/valor) |
| 104 | Jorge Albes Boneti | 118+556,09/119+076,09 | 520,00 | 27.866,00 | 780,24 | 16,03,73 | |
| 105 | Ernesto Hecke | 119+076,09/119+669,00 | 592,91 | 31.246,00 | 874,90 | 16,03,73 | |
| 106 | Cesar Taborda Ribas | 119+669,00/120+938,00 | 1.269,00 | 63.893,00 | 1.597,32 | 08,03,73 | |
| 107 | Lucas Zabiaka | 122+081,09/123+960,49 | 1.879,40 | 101.843,00 | 3.055,29 | 27,11,73 | |
| 108 | Gregorio Kreniczki | 123+979,29/124+369,29 | 390,00 | 29.095,00 | 1.309,27 | 20,03,74 | |
| 109 | Paulo Bionski | 124+369,29/124+689,29 | 320,00 | 18.433,00 | 931,65 | 19,02,74 | |
| 110 | Joao Staruchak | 124+689,29/125+049,29 | 360,00 | 27.882,00 | 1.394,10 | 19,02,74 | |
| 111 | Hilda Rickli | 125+049,29/125+309,29 | 260,00 | 23.683,00 | 1.894,64 | 12,08,74 | |
| 112 | Paulo Bionski | 125+309,39/126+216,35 | 906,06 | 70.360,00 | 3.166,20 | 19,02,74 | |
| 113 | Hilda Rickli | 126+217,07/126+467,07 | 250,00 | 19.956,00 | 1.596,48 | 12,08,74 | |
| 114 | Manoel Iarenzuk | 126+467,07/127+012,07 | 545,00 | 54.812,50 | 1.479,94 | 21,03,73 | |
| 115 | Joao Prachum | 127+012,07/127+485,07 | 473,00 | 43.400,00 | 1.085,00 | 19,03,73 | |
| 116 | Esp. Tomaz Szeremeta | 127+485,07/128+177,07 | 692,00 | 38.664,00 | 966,60 | 29,03,73 | |
| 117 | Manoel Iarenzuk | 128+177,07/128+597,07 | 420,00 | 21.000,00 | 567,00 | 21,03,73 | |
| 118 | Lucas Zabiaka | 128+757,07/128+977,07 | 220,00 | 10.117,00 | 303,51 | 27,11,73 | |
| 119 | Gregorio Trelinski | 128+977,07/129+457,07 | 480,00 | 24.000,00 | 600,00 | 09,04,73 | |
| 120 | Marciano Koubai | 129+457,07/129+917,07 | 460,00 | 26.519,50 | 511,18 | 07,06,73 | |
| 121 | Manoel Iarenzuk | 129+917,07/130+267,07 | 350,00 | 21.914,00 | 591,68 | 21,03,73 | |
| 122 | Manoel Szeremeta | 130+267,07/130+577,07 | 310,00 | 17.350,00 | 343,75 | 06,04,73 | |
| 123 | Antonio Taborda Santos | 130+577,07/131+237,07 | 660,00 | 35.372,00 | 884,30 | 09,04,73 | |
| 124 | Pedro Spak | 131+237,07/131+537,07 | 300,00 | 16.454,00 | 658,16 | 18,03,74 | |
| 125 | Ovidio Ferreira Vaz | 131+537,07/133+370,07 | 1.833,00 | 95.880,00 | 2.492,88 | 04,05,73 | |
| 126 | Antonio Taborda Santos | 133+370,07/134+157,07 | 787,00 | 40.968,00 | 1.014,20 | 09,04,73 | |
| 127 | José Luiz B. Bittencourt | 134+157,07/135+137,07 | 980,00 | 51.994,00 | 1.403,83 | 31,05,73 | |
| 128 | Miguel Bionski | 135+137,07/135+797,07 | 660,00 | 33.445,00 | 836,12 | 08,05,73 | |
| 129 | Pedro de Jesus Lacerda | 135+797,07/135+135,07 | 155,00 | 9.300,00 | 232,50 | 31,05,73 | |
| 130 | Joao Lazarotto | 135+952,07/136+597,07 | 645,00 | 31.955,00 | 894,74 | 31,05,73 | |
| 131 | Pedro de Jesus Lacerda | 136+597,07/137+848,07 | 1.251,00 | 68.679,00 | 1.716,98 | 31,05,73 | |
| 132 | Maria de Lourdes Pereira | 137+848,07/139+864,07 | 2.016,00 | 106.282,00 | 2.657,05 | 04,10,73 | |
| 133 | Elias Szeremeta | 139+864,07/141+029,07 | 1.165,00 | 63.626,00 | 17.836,30 | 12,08,73 | |
| 134 | Antonio Araújo Martins | 141+029,07/141+297,07 | 268,00 | 14.572,00 | 364,30 | 07,07,73 | |
| 135 | Pedro de Jesus Lacerda | 141+297,07/142+787,07 | 1.490,00 | 78.245,00 | 1.956,12 | 31,05,73 | |
| 136 | Elizabeth Filipaki Fialki | 142+787,07/143+231,07 | 444,00 | 24.226,00 | 650,65 | 11,02,74 | |
| 137 | Jurez de Oliveira | 143+231,07/146+527,07 | 3.306,00 | 181.364,50 | 8.264,02 | 11,02,74 | |
| 138 | Joao Pytlak | 146+537,07/146+777,07 | 140,00 | 12.000,00 | 720,00 | 09,09,74 | |
| 139 | Florian Nievola | 148+409,07/149+209,07 | 800,00 | 41.259,00 | 1.893,10 | 12,03,74 | |
| 140 | Felix Kulevich | 149+209,07/149+857,07 | 648,00 | 32.400,00 | 1.620,00 | 29,01,74 | |
| 141 | Manoel Bueno da Silva | 149+857,07/150+434,07 | 577,00 | 29.328,00 | 733,70 | 18,06,73 | |
| 142 | Estanislau Puzka | 150+434,07/150+682,07 | 248,00 | 12.600,00 | 315,00 | 16,06,73 | |
| 143 | Paulo Waurichi | 150+682,07/151+039,07 | 357,00 | 18.145,00 | 453,62 | 16,07,73 | |
| 144 | Joao Kulcheski | 151+232,31/151+567,81 | 335,50 | 16.439,00 | 410,97 | 14,06,73 | |
| 145 | Pedro Mickten | 151+580,31/151+753,31 | 173,00 | 8.913,00 | 222,82 | 24,07,73 | |
| 146 | Joao Kulchewski | 151+753,31/151+910,31 | 157,00 | 7.850,00 | 628,00 | 28,09,74 | |
| 147 | Jose Boico | 151+910,31/152+260,31 | 350,00 | 16.717,00 | 417,92 | 16,07,73 | |
| 148 | Francisco Dukiewicz | 152+260,31/152+443,31 | 183,00 | 8.875,00 | 221,87 | 26,06,73 | |
| 149 | Gumercindo Rocha | 152+443,31/152+614,31 | 171,00 | 8.293,00 | 414,65 | 22,07,74 | |

| | | | | | | |
|-----|--------------------------------|-----------------------|-----------|------------|------------|----------|
| 150 | Jose Kuniski | 152+614,31/152+940,31 | 326,00 | 17.278,00 | 431,95 | 26.06.73 |
| 151 | Florianio Prezybylski | 152+940,31/153+470,31 | 530,00 | 27.135,50 | 678,37 | 18.06.73 |
| 152 | Aleixo Bosko | 153+605,31/153+815,31 | 210,00 | 10.548,00 | 263,70 | 16.07.73 |
| 153 | Teodoro Prorok | 153+815,31/153+915,31 | 100,00 | 5.000,00 | 125,00 | 26.06.73 |
| 154 | Juvubani Norais Sovinski | 154+178,31/154+462,31 | 248,00 | 17.800,00 | 445,00 | 16.06.73 |
| 155 | Izaura Moraes Silva | 154+462,31/154+834,31 | 372,00 | 37.200,00 | 930,00 | 26.06.73 |
| 156 | Relberina Oliveira Morais | 154+834,31/155+420,31 | 586,00 | 58.600,00 | 1.465,00 | 26.06.73 |
| 157 | Relberina Olivea Morais | Núcleo Res. Reserva | | 38.400,00 | 6.400,00 | 05.08.74 |
| 158 | Cassimiro Nievola | 155+420,31/155+912,31 | 492,00 | 49.200,00 | 7.380,00 | 26.09.75 |
| 159 | Francisco Sukulski | 155+912,31/156+410,31 | 498,00 | 34.174,00 | 854,35 | 16.07.73 |
| 160 | Jose Czelusmiak | 156+410,31/156+462,31 | 52,00 | 2.730,00 | 67,50 | 06.07.73 |
| 161 | Antonio Celusniaki | 156+462,31/156+610,31 | 148,00 | 7.400,00 | 185,00 | 06.07.73 |
| 162 | Jose Borges da Silva | 157+942,31/158+735,31 | 793,00 | 40.052,00 | 1.121,45 | 05.07.73 |
| 163 | Francisco Camargo Pinto | 159+330,50/161+966,50 | 2.636,00 | 131.750,00 | 131.650,00 | 16.05.73 |
| 164 | Ana Haus Kmiecik | 161+966,50/162+383,50 | 417,00 | 25.062,00 | 877,17 | 05.07.73 |
| 165 | Veronica Zarone | 162+383,50/162+872,50 | 489,00 | 25.657,00 | 769,71 | 05.07.73 |
| 166 | Miguel Zaruvny | 162+872,50/164+056,50 | 1.184,00 | 61.961,00 | 2.168,63 | 05.07.73 |
| 167 | Florianio Cionek | 164+056,50/164+450,50 | 394,00 | 18.883,00 | 472,07 | 24.07.73 |
| 168 | Leonardo Aliski | 164+450,50/165+308,50 | 858,00 | 46.996,00 | 1.503,87 | 06.07.73 |
| 169 | Joao Walenga | 165+308,50/165+463,80 | 158,00 | 8.605,00 | 258,00 | 05.07.73 |
| 170 | Valdemar Costa Cruz | 165+471,80/166+708,80 | 967,00 | 53.082,00 | 2.421,90 | 19.02.74 |
| 171 | Joaquim Chimiski | 166+708,80/166+857,80 | 149,00 | 7.450,00 | 335,25 | 11.02.74 |
| 172 | Joaquim Chimiski | 166+857,80/167+099,80 | 242,00 | 12.100,00 | 726,00 | 09.09.74 |
| 173 | Valdemir Costa Cruz | 167+099,80/167+380,80 | 281,00 | 15.146,00 | 681,57 | 19.02.74 |
| 174 | Fermino Riberiro dos Santos | 167+380,80/167+615,80 | 235,00 | 11.750,00 | 293,75 | 05.07.73 |
| 175 | Ana Souza da Silva | 165+615,80/167+962,80 | 347,00 | 17.350,00 | 343,74 | 24.07.73 |
| 176 | Amadeu Batista Antunes | 168+697,93/168+924,93 | 227,00 | 11.350,00 | 283,75 | 24.07.73 |
| 177 | Jair Martins | 168+924,93/169+274,93 | 350,00 | 17.500,00 | 437,50 | 24.07.73 |
| 178 | Gentil Martins | 169+274,93/169+899,93 | 625,00 | 32.796,00 | 1.147,86 | 05.11.73 |
| 179 | Terezinha Ramos Castanha | 169+899,93/169+980,93 | 81,00 | 4.050,00 | 101,25 | 24.07.73 |
| 180 | Augustinha Luiz dos Santos | 169+980,93/170+139,93 | 159,00 | 9.402,50 | 752,20 | 24.10.74 |
| 181 | Pedro Alexandre da Luz | 170+139,93/170+458,93 | 319,00 | 19.358,00 | 1.161,48 | 17.06.74 |
| 182 | Maria da Luz de Lara | 171+140,93/171+365,93 | 225,00 | 12.583,00 | 503,32 | 06.07.73 |
| 183 | Moacir José dos Santos | 173+215,93/173+360,93 | 145,00 | 12.122,00 | 1.212,20 | 04.03.75 |
| 184 | Teofilo Stresser dos Santos | 173+360,93/173+610,93 | 250,00 | 13.642,00 | 613,89 | 13.03.74 |
| 185 | Francisco Nascimento Lemes | 173+610,93/173+920,93 | 310,00 | 19.658,00 | 884,60 | 13.02.74 |
| 186 | Francisco Nascimento Lemes | 174+010,93/174+090,93 | 80,00 | 7.070,00 | 318,15 | 13.02.74 |
| 187 | Jairo Lemes Lara | 174+610,93/174+930,93 | 320,00 | 21.426,00 | 1.071,30 | 13.03.74 |
| 188 | Joao Batim Pedroso | 175+080,93/175+145,93 | 65,00 | 8.549,00 | 384,60 | 13.03.74 |
| 189 | Joao Batim Pedroso | 175+446,93/175+664,93 | 218,00 | 20.223,00 | 910,04 | 13.03.74 |
| 190 | Joao Maria Bran | 175+664,93/176+284,93 | 620,00 | 38.530,00 | 2.311,80 | 12.08.74 |
| 191 | Augusto Vieira Betim | 179+015,64/179+363,64 | 19.229,00 | 19.229,00 | 1.538,32 | 30.08.74 |
| 192 | Augusto Vieira Betim | 179+363,64/179+823,64 | 460,00 | 27.600,00 | 1.104,00 | 20.02.74 |
| 193 | Jocelim Antunes de Siqueira | 179+823,64/180+173,64 | 350,00 | 18.089,00 | 1.808,90 | 20.06.74 |
| 194 | Ernesto Leandro Pereira | 180+173,64/180+598,64 | 425,00 | 23.437,00 | 1.171,85 | 30.04.74 |
| 195 | Jose Mendes Batista | 181+563,64/181+718,64 | 155,00 | 9.300,00 | 372,00 | 19.02.74 |
| 196 | Danilo Raizer de Oliveira | 182+478,64/182+548,64 | 70,00 | 1.750,00 | 9.891,75 | 07.07.75 |
| 197 | Alfredo Mendes de Oliveira | 183+573,64/183+818,64 | 245,00 | 15.477,00 | 619,08 | 15.02.74 |
| 198 | Emidio Joaquim Jangada | 184+423,64/185+103,64 | 680,00 | 34.000,00 | 1.530,00 | 18.02.74 |
| 199 | Martiniano Manoel Francisco | 185+103,64/185+623,64 | 520,00 | 52.000,00 | 2.340,00 | 12.03.74 |
| 200 | Roque Queiroz Riberiro | 185+623,64/186+223,64 | 600,00 | 59.000,00 | 2.655,00 | 15.03.74 |
| 201 | Maria Lauber | 192+803,64/193+043,64 | 240,00 | 12.000,00 | 960,00 | 12.08.74 |
| 202 | Cimes Correia da Silva | 194+875,64/196+223,64 | 1.348,00 | 70.518,00 | 7.756,98 | 09.09.74 |
| 203 | Benno Kniebel | 196+223,64/197+726,64 | 1.503,00 | 75.150,00 | 8.266,50 | 28.09.74 |
| 204 | Graciliano Pedroso de Fran[ca] | 197+726,64/197+948,64 | 222,00 | 11.209,00 | 896,72 | 20.05.74 |
| 205 | Jose Miguel da Silva | 197+948,64/198+473,64 | 525,00 | 26.250,00 | 2.100,00 | 17.06.74 |
| 206 | Turibio Ribeiro dos Santos | 198+473,64/198+993,64 | 520,00 | 26.000,00 | 2.080,00 | 17.05.74 |
| 207 | Pedro Balzanello | 198+993,64/199+463,64 | 430,00 | 22.923,00 | 1.833,84 | 17.06.74 |
| 208 | Luiz Zapparoli | 199+423,64/199+715,64 | 292,00 | 15.746,00 | 708,57 | 30.04.74 |
| 209 | Orozimbo Riberiro da Silva | 199+715,64/199+772,64 | 57,00 | 8.650,00 | 114,00 | 20.03.74 |
| 210 | Nesdilio Correia | 199+795,04/199+914,84 | 119,80 | 6.325,00 | 374,10 | 30.04.74 |
| 211 | Orozimbo Ribeiro da Silva | 199+914,84/200+552,84 | 638,00 | 36.204,00 | 1.448,16 | 17.06.74 |
| 212 | Itacyr Christofolli | 200+552,84/200+581,64 | 28,80 | 1.464,00 | 161,04 | 20.10.74 |
| 213 | Wilder Alberti | 201+468,64/203+727,14 | 2.258,50 | 119.254,00 | 29.813,50 | 18.10.74 |
| 214 | Abrelino Pinheiro da Silva | 205+611,54/206+178,54 | 567,00 | 28.350,00 | 2.268,00 | 20.05.74 |
| 215 | Joao Franco de Oliveira | 206+178,54/207+111,54 | 1.033,00 | 51.650,00 | 3.099,00 | 17.05.74 |
| 216 | Joao Pereira | 207+351,54/207+431,54 | 80,00 | 4.000,00 | 320,00 | 20.05.74 |
| 217 | Felix Vanjura | 207+431,54/208+436,94 | 1.005,40 | 53.908,00 | 2.425,86 | 29.06.73 |
| 218 | Antonio Alves Ferreira | 208+436,94/208+897,94 | 461,00 | 24.174,00 | 1.450,44 | 18.02.74 |
| 219 | Luiz Larocca | 208+887,94/209+895,54 | 997,60 | 52.109,00 | 4.168,72 | 18.03.74 |
| 220 | Joao R. Pinheiro de Souza | 209+895,54/211+546,54 | 1.651,00 | 98.057,00 | 4.902,85 | 06.09.73 |
| 221 | Joao de Deus Flores de Paula | 216+191,54/219+354,67 | 3.163,13 | 180.995,50 | 12.693,21 | 19.12.72 |
| 222 | Antonio Mostefaga | 219+354,67/219+721,67 | 367,00 | 18.757,00 | 776,54 | 11.06.73 |
| 223 | Paulino Pereira | 219+721,67/219+949,27 | 227,60 | 11.380,00 | 682,00 | 19.02.74 |
| 224 | Pedro David Aires | 219+949,27/220+561,27 | 621,00 | 41.030,00 | 5.128,75 | 01.11.74 |
| 225 | Maria Amelia Gomes | 220+560,80/220+714,80 | 154,00 | 9.664,00 | 579,84 | 21.03.74 |
| 226 | Alberto Marcelino | 220+714,80/221+444,80 | 730,00 | 38.571,00 | 2.314,26 | 18.02.74 |
| 227 | Parailio de Oliveira | 221+594,80/222+294,80 | 700,00 | 36.361,00 | 6.756,09 | 17.05.74 |
| 228 | Ailton Borges de Pontes | 222+294,80/222+420,80 | 126,00 | 6.300,00 | 378,00 | 18.02.74 |
| 229 | Bronislau Juskow | 222+426,04/222+826,04 | 400,00 | 21.125,00 | 2.323,75 | 24.10.74 |
| 230 | Laudemiro Szeremeta | 222+826,04/224+080,04 | 1.254,00 | 71.797,00 | 2.972,40 | 18.06.73 |

Fora Faixa

L.D. eixo

| | | | | | | |
|-----|-----------------------------------|-----------------------|----------|--------------|------------------|----------------------|
| 231 | Roberto Rubens de Souza | 224+080,04/225+710,04 | 1.630,00 | 96.810,00 | 169.917,40 | 08.04.75 |
| 232 | Amilton Machado Fontoura | 225+710,04/226+478,04 | 768,00 | 42.302,00 | 5.628,22 | 08.04.74 |
| 233 | Francisco Zarochinski | 226+478,04/227+315,04 | 837,00 | 42.631,00 | 4.403,78 | 08.04.74 |
| 234 | Julio Zaroczinski | 227+315,04/227+948,04 | 633,00 | 35.140,00 | 7.713,62 | 15.03.74 |
| 235 | Joao Ortiz | 227+931,58/228+506,58 | 575,00 | 32.290,00 | 3.335,55 | 15.03.74 |
| 236 | Luiz Durigon | 228+506,58/229+200,58 | 694,00 | 40.799,00 | 4.214,53 | 08.04.74 |
| 237 | Anibio Alexandre dos Santos | 229+380,04/220+880,04 | 500,00 | 30.300,50 | 5.454,09 | 18.10.74 |
| 238 | Jose de Souza e Silva | 230+136,07/230+516,07 | 380,00 | 33.538,00 | 10.860,75 | 11.09.73 |
| 239 | Gregorio Leuch | 230+740,58/232+063,58 | 1.323,00 | 129.969,00 | 28.394,42 | 17.05.74 |
| 240 | Jose Chigueira | 232+063,58/232+363,58 | 300,00 | 32.629,00 | 3.370,57 | 08.04.74 |
| 241 | Jose Chigueira | 232+745,58/232+888,58 | 143,00 | 7.753,00 | 801,08 | 08.04.74 |
| 242 | Joao Maria da Silva | 232+888,58/233+072,38 | 183,80 | 14.899,00 | 1.539,06 | 05.04.74 |
| 243 | Joao Moreira de Souza | 233+072,38/233+659,58 | 587,20 | 30.502,00 | 7.290,36 | 20.05.74 |
| 244 | Joao Moreira de Souza | 234+122,58/234+670,58 | 548,00 | 46.133,00 | 8.303,94 | 20.05.74 |
| 245 | Teodora Chigueira | 234+670,58/234+936,58 | 266,00 | 15.021,00 | 5.703,78 | 20.05.74 |
| 246 | Joao Moreira de Souza | 234+936,58/235+317,58 | 381,00 | 24.849,00 | 9.939,60 | 20.05.74 |
| 247 | Jose Rafael Batista | 235+317,58/235+545,58 | 228,00 | 18.235,00 | 1.883,67 | 08.04.74 |
| 248 | Ana Maria Miranda Machado | 235+545,58/235+872,58 | 328,00 | 33.050,00 | 5.949,00 | 31.10.74 |
| 249 | Afonso Pereira dos Santos | 235+872,58/236+430,58 | 558,00 | 28.340,00 | 12.358,30 | 04.04.74 |
| 250 | Joao Araujo Farias | 236+430,58/236+481,58 | 51,00 | 2.550,00 | 2.374,00 | 16.09.74 |
| 251 | Miguel Novossat | 236+481,58/236+885,58 | 404,00 | 26.773,00 | 14.762,67 | 03.02.75 |
| 252 | Ione de Fatima Rodeliski | 236+885,58/237+080,58 | 195,00 | 15.439,00 | 4.287,19 | 29.07.74 |
| 253 | Antonio de Carvalho | 237+080,58/237+988,58 | 908,00 | 75.620,00 | 30.866,78 | 18.11.74 |
| 254 | Nicola Paulosi | 237+988,58/238+343,58 | 355,00 | 31.293,00 | 8.652,33 | 27.11.73 |
| 255 | Dionisio Labtschuk | 238+345,58/238+561,58 | 216,00 | 15.967,00 | 2.714,39 | 17.05.74 |
| 256 | Afonso Testorda de Almeida | 238+570,42/239+031,58 | 461,16 | 33.800,00 | 34.541,54 | 13.03.74 |
| 257 | Oswaldo de Souza | 239+310,58/239+964,56 | 633,98 | 35.030,00 | 3.618,59 | 21.03.74 |
| 258 | Heleno Bezerra da Silva | 239+964,56/240+070,56 | 106,00 | 6.230,00 | incl. *abaixo | 14.03.75 V.incl. 259 |
| 259 | Heleno Bezerra da Silva | 240+070,56/240+130,56 | 60,00 | 2.471,00 | * 9.779,22 | 14.03.75 L.E. eixo |
| 260 | Aparecido Alves de Oliveira | 240+130,56/240+600,56 | 470,00 | 37.288,00 | 3.851,85 | 08.04.74 |
| 261 | Benedito Custodio da Silva | 240+784,48/241+523,48 | 739,00 | 44.941,00 | 4.642,40 | 17.05.74 |
| 262 | Francisco Sady de Brito | 241+523,48/244+802,13 | 3.278,65 | 242.779,50 | 150.053,18 | 17.06.74 |
| 263 | Pedro Staiger | 245+302,13/245+660,13 | 358,00 | 26.710,00 | 4.807,80 | 17.06.74 |
| 264 | Doilio Marcarini | 245+660,13/246+172,13 | 512,00 | 34.687,00 | 22.788,63 | 17.05.74 |
| 265 | Luduínio Macarini | 246+172,13/246+532,13 | 360,00 | 22.782,00 | 6.320,76 | 17.05.74 |
| 266 | Alfeu Pires da Silva | 246+532,13/246+677,13 | 145,00 | 11.879,00 | 2.138,22 | 09.09.74 |
| 267 | Cílio Assis Ribeiro | 246+676,13/246+821,45 | 145,32 | 7.626,00 | 3.904,83 | 18.10.74 |
| 268 | Jose Caetano Bento | 246+821,45/247+001,45 | 180,00 | 10.630,00 | 2.392,30 | 18.10.74 |
| 269 | Walfrand Jung | 247+001,45/247+135,45 | 134,00 | 6.970,00 | 5.245,50 | 17.05.74 |
| 270 | Manoel Jose de Lara | 247+837,58/248+773,58 | 936,00 | 59.648,00 | 18.471,42 | 22.04.75 |
| 271 | Antonio da Silva Lemes | 248+773,58/249+557,58 | 784,00 | 56.132,00 | 16.597,53 | 22.04.75 |
| 272 | Antonio da Silva Lemes | 249+803,58/249+945,58 | 142,00 | área e valor | constantes acima | 22.04.75 |
| 273 | Antonio Godi Godoi | 254+837,22/254+942,22 | 105,00 | 7.844,00 | 1.176,60 | 17.06.74 |
| 274 | Miguel Ribeiro de Godoi | 256+967,22/257+512,22 | 545,00 | 35.143,00 | 2.630,27 | 19.04.74 |
| 275 | Alberto L. M. Carneiro | 257+997,04/259+462,24 | 1.465,20 | 74.780,00 | 41.202,00 | 14.04.75 |
| 276 | Takafumi Fujussima | 261+215,21/263+340,21 | 2.125,00 | 153.138,00 | 22.970,70 | 29.04.74 |
| 277 | Alesio Cotarelli | 263+401,25/263+843,75 | 442,50 | 15.877,50 | 2.857,86 | 09.12.74 L.E. eixo |
| 278 | Pursina Cordeiro dos Santos | 264+293,21/264+811,01 | 517,80 | 34.720,50 | 5.208,07 | 29.04.74 |
| 279 | Vitoria Cordeiro dos Santos | 264+811,01/265+145,21 | 334,20 | 21.008,00 | 3.151,20 | 29.04.74 |
| 280 | Jose Carvalho de Melo | 265+255,21/265+427,28 | 172,59 | 8.629,50 | 1.812,19 | 20.09.74 |
| 281 | Pedro Vaz Martins | 265+427,80/265+461,00 | 33,20 | 1.660,00 | 2.286,00 | 01.11.74 |
| 282 | Cerealista Agricola Kowalski S.A. | 266+333,21/267+805,21 | 1.472,00 | 39.816,00 | 5.972,40 | 04.04.74 L.D.eixo |
| 283 | Julietta Dias Cordeiro | 270+008,95/270+309,90 | 300,93 | 7.523,25 | 1.354,18 | 30.11.74 L.D. eixo |
| 284 | Serraria Santa Tereza S.A. | 267+029,21/267+805,21 | 776,00 | 22.403,00 | 3.360,45 | 30.04.74 L.E. eixo |
| 285 | Raimundo Guedes de Oliveira | 267+868,00/268+128,00 | 260,00 | 13.000,00 | 2.730,00 | 14.02.75 |
| 286 | Americo K. Hirayama | 270+443,79/270+783,79 | 340,00 | 18.000,00 | 3.780,00 | 17.02.75 |
| 287 | Jamil Jamus | 270+923,79/274+643,79 | 3.720,00 | 262.307,00 | 65.576,75 | 02.10.73 |
| 288 | Ozorio Gabriel de Oliveira | 274+643,79/274+943,79 | 300,00 | 14.425,00 | 21,81 | 08.01.59 |
| 289 | Geraldo da Costa | 274+939,79/274+993,79 | 54,00 | 2.700,00 | 364,50 | 21.02.74 |
| 290 | Jose Militao da Rocha | 274+993,79/278+203,79 | 3.210,00 | 197.749,00 | * 26.696,11 | 23.08.73 |
| 291 | Jose Militao da Rocha | 278+203,79/279+463,79 | 1.260,00 | área e valor | inclusos acima | 23.08.73 L.E. eixo |
| 292 | Vicente de Paula Cordeiro | 278+203,79/279+463,79 | 1.260,00 | 32.457,00 | 4.381,69 | 21.09.73 L.D. eixo |
| 293 | Sebastiao de Paula Cordeiro | 279+463,79/279+823,79 | 360,00 | 20.830,00 | 2.603,75 | 20.08.73 |
| 294 | Vicente de Paula Cordeiro | 279+823,79/280+093,79 | 270,00 | 13.500,00 | 1.822,50 | 21.09.73 |
| 295 | Christoph L. F. Wilhelm Schultz | 280+093,79/281+493,79 | 1.400,00 | 90.899,00 | 18.779,73 | 30.08.74 |
| 296 | Aurelio Favero | 282+483,79/283+263,79 | 780,00 | 54.614,00 | 6.826,75 | 18.12.72 |
| 297 | Sebastiao Fernandes de Oliveira | 283+263,79/283+493,79 | 230,00 | 5.750,00 | 718,75 | 20.08.73 |
| 298 | Evaristo da Silva | 283+263,79/283+403,79 | 140,00 | 5.693,00 | 711,62 | 20.08.73 L.E. eixo |
| 299 | Seiti Aizava | 283+403,79/283+563,79 | 160,00 | 8.937,00 | 1.115,87 | 20.08.73 L.E. eixo |
| 300 | Antonio Prudencio dos Reis | 283+563,79/283+783,79 | 220,00 | 6.888,00 | 861,00 | 20.08.73 L.E. eixo |
| 301 | Euclides Pereira da Costa | 283+493,79/283+903,79 | 410,00 | 10.250,00 | 1.281,25 | 24.08.73 L.D. eixo |
| 302 | Joao Ferrari | 283+903,79/284+723,79 | 820,00 | 21.170,00 | 2.646,25 | 20.08.73 L.D. eixo |
| 303 | Luiz Martins Dias | 284+363,79/284+696,99 | 333,20 | 8.635,00 | 1.079,37 | 24.08.73 L.E. eixo |
| 304 | Odilio Lourenço da Souza | 284+696,99/284+803,79 | 106,80 | 2.670,00 | 237,75 | 24.08.73 L.E. eixo |
| 305 | Kumio Suzuki | 284+803,79/285+283,79 | 480,00 | 12.000,00 | 1.500,00 | 24.08.73 L.E. eixo |
| 306 | Geraldo Alves de Andrade | 285+283,79/285+863,79 | 580,00 | 14.500,00 | 1.812,50 | 20.08.73 L.E. eixo |
| 307 | Jose Benedito Falco | 284+723,79/284+993,79 | 270,00 | 6.750,00 | 843,75 | 24.08.73 L.D. eixo |
| 308 | Antonio Ferreira da Silva | 285+863,79/286+033,79 | 170,00 | 4.250,00 | 765,00 | 29.07.74 L.D. eixo |
| 309 | Otaviano Rodrigues de Franca | 286+033,79/286+126,79 | 90,00 | 2.250,00 | 303,75 | 29.10.73 L.D. eixo |
| 310 | Jose de Souza | 286+443,79/286+583,79 | 140,00 | 3.500,00 | 472,50 | 29.10.73 L.D. eixo |
| 311 | Eugenio Rodrigues da Rosa | 286+583,79/287+063,79 | 480,00 | 13.112,00 | 1.639,00 | 14.09.73 L.D. eixo |

| | | | | | | | |
|-----|----------------------------------|-----------------------|----------|-----------|---------------|----------|-------------|
| 312 | Jose Tiburcio | 286+583,79/287+063,79 | 480,00 | 12.957,00 | 1.749,19 | 05.11.73 | L.E. ex. |
| 313 | Eduardo Falco | 287+503,79/287+683,79 | 180,00 | 14.260,00 | 1.925,10 | 18.03.74 | |
| 314 | Waldomiro Tiburcio | 287+683,79/288+453,79 | 770,00 | 48.801,00 | 6.588,13 | 19.10.73 | |
| 315 | Joao Batista de Oliveira Neto | 288+453,79/288+773,79 | 280,00 | 9.146,00 | 1.143,25 | 27.08.73 | L.E. eixo |
| 316 | Vicente Miguel Costa | 288+453,79/288+773,79 | 280,00 | 7.888,00 | 867,68 | 29.11.73 | L.D. eixo |
| 317 | Vicente Miguel Costa | 288+773,79/289+983,79 | 1.250,00 | 68.108,00 | 7.491,99 | 29.11.73 | |
| 318 | Vicente Miguel Costa | 289+983,79/290+223,79 | 240,00 | 6.000,00 | 660,00 | 29.11.73 | L.E. eixo |
| 319 | Balduino Luiz dos Santos | 290+223,79/290+833,79 | 610,00 | 35.735,00 | 4.824,22 | 19.10.73 | |
| 320 | Francisco Gomes Bonilha | 290+393,79/291+463,79 | 1.070,00 | 58.113,00 | 7.264,12 | 21.09.72 | |
| 321 | Solom Valente Lopes & Cia. Ltda. | 291+462,79/292+243,79 | 780,00 | 43.087,00 | 5.385,87 | 24.09.73 | |
| 322 | Paulo Kubines | 292+243,79/292+353,79 | 110,00 | 6.054,00 | 625,00 | 24.09.73 | |
| 323 | Joao Simoes | 292+353,79/292+553,79 | 200,00 | 10.250,00 | 1.383,75 | 21.09.73 | |
| 324 | Jose de Souza | 292+553,79/292+883,79 | 330,00 | 8.250,00 | 1.113,75 | 29.10.73 | L.E. eixo |
| 325 | Kurt Sturzenegger | 292+553,59/292+883,79 | 330,00 | 8.250,00 | 1.113,75 | 20.08.73 | L.D. eixo |
| 326 | Solon Valente Lopes & Cia. Ltda. | 293+633,79/293+823,79 | 190,00 | 9.500,00 | 1.187,50 | 24.09.73 | |
| 327 | Afonso Zanlorenzi | 293+933,79/294+053,79 | 120,00 | 6.000,00 | 1.850,00 | 20.12.74 | |
| 328 | Gentil Henrique | 294+243,79/294+703,79 | 460,00 | 11.500,00 | 1.552,50 | 19.10.73 | L.E. eixo |
| 329 | Artur Alberto Schmeiske | 294+703,79/295+203,79 | 500,00 | 25.986,00 | 5.457,06 | 12.08.74 | |
| 330 | Antonio Clarismundo Garcia | 295+203,79/295+473,79 | 270,00 | 6.750,00 | 1.687,50 | 29.07.74 | L.D. eixo |
| 331 | Athanasio Baptista Moreira | 295+473,79/295+843,79 | 370,00 | 19.975,00 | 2.496,87 | 11.09.73 | |
| 332 | Helio Simoes Franco | 296+273,79/296+383,79 | 110,00 | 5.500,00 | 1.375,00 | 18.10.74 | |
| 333 | Joaquim Antonio Correia | 296+383,79/296+913,79 | 530,00 | 13.250,00 | 1.788,75 | 19.10.73 | L.D. eixo |
| 334 | Jose Hasko | 296+383,79/296+733,79 | 350,00 | 12.250,00 | 1.653,75 | 29.10.73 | L.E. eixo |
| 335 | Pedro Silverio da Silva | 297+645,79/297+765,79 | 120,00 | 6.125,00 | 6.569,91 | 22.11.73 | |
| 336 | Antonio Nogueira da Silva | 297+790,69/298+315,79 | 525,10 | 47.715,00 | 95,43 | 09.01.59 | |
| 337 | Joao Pinto da Silva | 299+075,31/300+470,39 | 1.395,41 | 91.576,50 | 12.362,82 | 19.10.73 | |
| 338 | Braz Elizeu dos Santos | 300+467,69/300+587,19 | 119,50 | 5.975,00 | 32,98 | 27.11.58 | |
| 339 | Belmiro da Conceição Silva | 303+125,25/303+840,95 | 715,70 | 35.785,00 | 4.473,12 | 11.01.74 | |
| 340 | Antonio Martins | 303+846,63/303+933,93 | 87,30 | 4.365,00 | 1.091,25 | 19.11.74 | |
| 341 | Josefina Gillieron Speck | 304+275,55/305+019,29 | 743,74 | 40.106,00 | 26.568,60 | 15.03.74 | |
| 342 | Menotti Bolinelli | 305+455,69/305+657,39 | 201,70 | 7.375,00 | 3,68 | 16.01.59 | |
| 343 | Jose Batista dos Santos | 305+664,99/305+828,79 | 163,80 | 8.190,00 | 2.047,50 | 25.02.75 | |
| 344 | Vergilio Satorreli | 305+828,79/306+099,99 | 271,20 | 13.560,00 | 2.440,08 | 03.02.75 | |
| 345 | Ruy Momente | 306+801,19/307+281,79 | 480,60 | 24.030,00 | 5.046,30 | 14.02.75 | |
| 346 | Francisco Pereira dos Santos | 308+339,49/308+652,49 | 313,00 | 19.898,00 | 4.178,58 | 16.08.74 | |
| 347 | Benedito Martins de Fran[ca] | 308+833,59/309+048,79 | 215,20 | 11.132,00 | 2.377,20 | 21.09.73 | |
| 348 | Manoel Antonio Martins | 309+048,79/309+074,49 | 25,70 | 1.285,00 | 269,85 | 01.04.74 | |
| 349 | Gabriel Ramirez Carmona | 309+074,79/309+456,89 | 382,40 | 20.104,00 | 4.221,84 | 11.02.74 | |
| 350 | Benedito Martins de Fran[ca] | 309+456,89/309+818,97 | 382,08 | 19.576,00 | 4.110,96 | 21.09.73 | |
| 351 | Jose Dubas | 309+818,97/310+319,25 | 500,28 | 25.514,00 | 3.189,25 | 23.01.74 | |
| 352 | G. Joao Cava Filho | não consta | 382,20 | 19.110,00 | 26,12 | 17.12.54 | |
| 353 | Joao Eugenio Miller | 310+327,69/310+623,69 | 296,00 | 13.200,00 | 24,74 | 25.03.53 | |
| 354 | Maria de Oliveira Marineli | 311+135,67/311+452,27 | 316,60 | 15.830,00 | 61,67 | 17.12.58 | |
| 355 | Menotti Bolinelli | 311+452,27/311+716,89 | 264,62 | 13.230,00 | 51,05 | 16.01.59 | |
| 356 | Jose Rodrigues Moreira | 311+729,13/311+996,13 | 267,00 | 12.450,00 | 51,40 | 17.12.52 | |
| 357 | Antonio Bernardes Silva | 311+996,13/312+011,13 | 30,00 | 600,00 | 39,45 | 27.03.52 | |
| 358 | Cesar Bratti | 312+011,13/312+026,13 | 15,00 | 300,00 | 34,26 | 27.03.52 | |
| 359 | Menotti Bolinelli | 312+026,13/312+071,97 | 45,84 | 2.292,00 | 5,73 | 16.01.59 | |
| 360 | Lino Pacifico Christofoli | 312+071,97/312+261,47 | 189,50 | 9.439,00 | 50,00 | 15.01.59 | |
| 361 | Antonio Pedro Ferreira | 312+261,47/312+381,07 | 119,60 | 5.475,00 | 54,11 | 21.10.52 | |
| 362 | Lino Pacifico Christofoli | 312+381,07/312+630,17 | 249,10 | 10.000,00 | 55,72 | 15.01.59 | |
| 363 | Domingos Jose da Costa | 312+895,57/313+026,57 | 131,00 | 13.100,00 | 62,23 | 16.12.58 | |
| 364 | Jamil Soni | 313+026,57/313+311,57 | 285,00 | 31.837,00 | 79,59 | 18.05.57 | |
| 365 | Otávio Parro | 313+482,57/313+651,57 | 169,00 | 5.070,00 | 12,98 | 26.11.58 | |
| 366 | Octavio Mendes da Silveira | 313+651,57/313+890,79 | 239,22 | 11.961,00 | 77,72 | 05.11.54 | |
| 367 | Antonio Bovo | 313+893,79/314+013,79 | 120,00 | 6.247,00 | 937,05 | 29.10.73 | |
| 368 | Octavio Mendes da Silveira | 314+010,79/314+862,79 | 852,00 | 44.049,90 | 211,20 | 05.11.54 | |
| 369 | Octavio Mendes da Silveira | 314+210,79/315+510,79 | 300,00 | 15.000,00 | 73,50 | 05.11.54 | |
| 370 | Mario Gasparetto | 315+565,57/315+579,92 | 14,35 | 717,50 | 150,67 | 24.04.74 | |
| 371 | Manoel Antonio Martins | 315+859,42/316+119,27 | 359,85 | 12.992,50 | 67,59 | 21.09.59 | |
| 372 | Chistovao Lopes | 316+135,51/316+861,43 | 725,92 | 36.293,00 | 98,75 | 18.09.59 | |
| 373 | Elias Pereira Lima | 316+861,43/317+106,43 | 245,00 | 12.250,00 | 58,62 | 08.01.59 | |
| 374 | Darcy Lopes | 317+651,69/318+167,13 | 515,44 | 25.772,00 | 6.443,00 | 14.02.75 | |
| 375 | Ivo Martinelli | 318+167,13/318+518,88 | 349,75 | 17.487,50 | 3.672,37 | 28.06.74 | |
| 376 | Herminio Maronezzi | 318+518,88/318+308,78 | 789,90 | 39.495,00 | 15.403,05 | 31.03.75 | |
| 377 | Alberto Martinelli | 319+306,78/319+415,78 | 109,00 | 5.800,00 | 1.218,00 | 30.04.74 | |
| 378 | Darcy Lopes | 319+415,78/319+435,78 | 20,00 | 1.000,00 | 250,00 | 14.02.75 | |
| 379 | Pedro Moliani | não consta | 193,61 | 24.526,00 | 61,28 | 27.01.59 | |
| 380 | Francisco Silva | não consta | 442,05 | 22.102,50 | 68,30 | 11.09.59 | |
| 381 | Jose Bai | não consta | 446,30 | 25.220,00 | 29,66 | 23.09.59 | |
| 382 | Boutros Hannoun Elias | 321+160,19/322+271,19 | 1.111,00 | 47.338,00 | 23.669,00 | 30.08.74 | |
| 383 | Antonio Hannoun | 322+765,59/323+819,69 | 1.054,10 | 39.187,00 | 19.593,50 | 30.08.74 | |
| 384 | Joaquim Vicente de Castro | nao consta | 1.735,00 | 88.042,00 | 300,00 | 15.01.59 | |
| 385 | Joaquim Vicente de Castro | 325+247,20/325+835,20 | 588,00 | 29.400,00 | 90,00 | 15.01.59 | |
| 386 | Max Carl Aebi | 325+903,60/326+247,20 | 343,60 | 17.180,00 | 34,36 | 10.01.59 | |
| 387 | Antonio Ferracioli | 326+514,20/326+686,30 | 172,10 | 8.605,00 | 86,55 | 02.03.59 | ver 389 |
| 388 | Joao Lara Moura | 326+686,30/326+881,47 | 195,17 | 8.632,50 | 39,28 | 11.12.58 | |
| 389 | Antonio Ferracioli | 326+881,47/327+025,20 | 143,73 | 7.186,00 | * | 02.03.59 | v. inc. 387 |
| 390 | Joaquim Vicente de Castro | 327+025,20/328+199,05 | 1.173,85 | 35.215,50 | 67,42 | 15.01.59 | |
| 391 | Serraria Carlos Schmidt S.A. | 329+228,05/329+745,49 | 527,74 | 15.832,20 | 47,50 | 09.01.59 | |
| 392 | Castro & Castro & Cia. Ltda. | terreno fora da faixa | --- | 488,60 | s/valor perm. | 18.07.56 | |

| | | | | | | | |
|-----|-----------------------------|-----------------------|--------|-----------|----------|----------|-------------|
| 393 | Vicente de Castro | 330+625,09/330+760,99 | 135,90 | 4.177,00 | 31,89 | 15.01.59 | |
| 394 | Vicente de Castro | 330+990,79/331+102,79 | 358,27 | 10.740,00 | 54,95 | 15.01.59 | |
| 395 | Teofilo Sikora | 330+990,79/331+164,79 | 62,00 | 3.915,00 | 22,02 | 15.01.59 | |
| 396 | Joaquim Vicente de Castro | 331+102,79/331+164,79 | 112,00 | 3.360,00 | 27,84 | 23.09.59 | |
| 397 | Miguel Kotelak | 331+217,79/331+322,79 | 105,00 | 4.680,00 | 18,72 | 12.01.59 | |
| 398 | Joaquim Vicente de Castro | 331+322,79/331+699,29 | 376,50 | 10.000,00 | 60,00 | 15.01.59 | |
| 399 | Joaquim Vicente de Castro | 331+701,49/331+837,49 | 136,00 | 5.623,00 | 18,12 | 15.01.59 | |
| 400 | Emiliano Francisco Xavier | 331+837,49/331+964,59 | 127,10 | 12.710,00 | 86,05 | 13.03.59 | |
| 401 | Pedro Francisco Xavier | 331+969,59/332+044,59 | 75,00 | 6.840,00 | 47,41 | 28.03.52 | |
| 402 | Joaquim Vicente de Castro | 331+739,79/332+044,59 | - - - | 37.190,00 | 223,14 | 15.01.59 | área f/faix |
| 403 | Imobiliária Apucarana Ltda. | área fora da faixa | - - - | 505,60 | 15,00 | 12.07.56 | ár. f/faixa |
| 404 | Anirto Gomes | áreas de Segurança | ----- | 4.180,00 | 2.090,00 | 28.06.74 | áreas seg. |
| 405 | Raul da Silva Borst | áreas de segurança | ----- | 375,60 | 2.065,80 | 25.05.75 | áreas seg. |

T O T A L

SITUAÇÃO DAS AÇÕES PENDENTES NOS TRIBUNAIS,
TENDO COMO OBJETO FAIXAS DE TERRAS DA ESTRADA
DE FERRO CENTRAL DO PARANÁ.

1. — Ação de Desapropriação número 5740/51
AUTOR: Estado do Paraná
RÉU: Imobiliária Pontagrossense e outros
FORO: 2ª Vara Cível da Comarca de Ponta Grossa.
SITUAÇÃO ATUAL: Em fase de execução de sentença pelos
Réus. Valor pleiteado pelos mesmos em 22.11.73 —
Cr\$ 641.172,67, com cálculo impugnado pelo Autor através
a Procuradoria Geral do Estado.
ÁREA DO LITÍGIO: 313.330,00 m²
EXTENSÃO APROXIMADA: 4.776,80 m.
2. — Ação Ordinária de Indenização número 9135/70
AUTORIA: Maria Jammiuk
RÉ: Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná
FORO: 15ª Vara Cível da Comarca de Curitiba.
SITUAÇÃO ATUAL: Condenada sem sentença de primeira
instância a pagar a importância de Cr\$ 393.068,50, a CEFCP
recorreu da sentença através a Apelação Cível número 295/74,
processada na 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Para-
ná. Na citada Apelação, alegou a CEFCP, como preliminar,
nulidade processual, baseada na falta de personalidade jurídica
da mesma, por ser órgão da Secretaria dos Transportes.
Insurgiu-se também contra o valor da sentença, atacando o laudo
pericial e suas parcelas indenizatórias. O Acórdão número 8369,
de 06.11.74, deu provimento parcial à Apelação, mandando
que fosse revisto o laudo pericial por ocasião da liquidação de
sentença e mantendo o restante da decisão original.
Ainda inconformada, a CEFCP entrou com Embargos ao citado
Acórdão (Embargos ao Acórdão Cível número 02/75) insistindo
na falta de personalidade jurídica da mesma.
Julgado os Embargos, decidiu a 4ª Câmara Cível através
o Acórdão nº 10021 de 07.08.75, por maioria de votos, em
recebê-los, declarando nulo o processo a partir da citação.
Até a presente data não se tem notícia de recurso interpos-
to pela Autora.
ÁREA TOTAL DO LITÍGIO 8.833,50 m²
EXTENSÃO APROXIMADA: 185,00 m.
3. — Ação Ordinária de Indenização número 9136/70
AUTOR: Simão Dombrowski e sua mulher
RÉU: Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná
FORO: 15ª Vara cível de Curitiba
SITUAÇÃO ATUAL: Em fase de liquidação e execução de
sentença, impugnada pela CEFCP, sem decisão final até a presen-
te data. Valor requerido pelos autores — Cr\$ 533.607,68.
ÁREA DO LITÍGIO: 6.807,00 m²
EXTENSÃO APROXIMADA: 162,00 m
4. — Vistoria Ad Perpetuum Rei Memoriam
AUTOR: João de Deus Flores de Paula e sua mulher
RÉU: Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná
FORO: 15ª Vara Cível de Curitiba

241.891,10 13.934.920,16 2.555.052,05

SITUAÇÃO ATUAL: Ainda na fase de antecedente à realização
da perícia, por impugnação dos documentos apresentados pelos
Autores.

OBJETO DA AÇÃO: Ocupação de uma jazida de pedras,
destinada à britagem do lastro para a Ferrovia.
VOLUME APROXIMADO DE PEDRAS: 1.000.000,000 m³
ÁREA DO LITÍGIO: 1.936.000,00 m²

5. — Ação Ordinária de Reparação de Danos nº 8183/74
AUTOR: Castro e Castro e Cia. Ltda.
RÉU: Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná
FORO: 16ª Vara Cível de Curitiba
SITUAÇÃO ATUAL: Em fase de contestação pela CEFCP,
alegando prescrição vintenal da ação.
VALOR DA AÇÃO: Ainda sem definição
ÁREA DO LITÍGIO: 10.053,00 m²
EXTENSÃO APROXIMADA: 355,10 m

Ponta Grossa, 03 de outubro de 1975.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 185/75
VOTO EM SEPARADO

Na discussão do parecer favorável, emitido pelo nobre
Deputado Ivan Rüppel, ao Projeto de Lei nº 185/75, oriundo
da Mensagem governamental, que dispõe sobre a transferência
do acervo da Estrada de Ferro Central do Paraná à União
Federal, requeri vista do processo, que me foi concedida, na
forma regimental.

A carência de elementos de informação relativos à
iniciativa é indispensável, pois o projeto vem precedido de simples
expediente administrativo, cujo conteúdo se perde em inúmeros
e estéreis esforços apoloéticos da operação pretendida. Nenhum
documento ou estudo, nada, enfim, que possa elucidar interroga-
ções elementares do legislador cuidadoso dos interesses públicos
acompanha a mensagem do Poder Executivo.

Causa, porém, espécie, a série de enigmas contidos ao lon-
go da propositura, na sua articulação material e numérica.

Verifique-se:

1 — No art. 1º, o Poder Executivo pleiteia autorização
para transferir o acervo da Estrada de Ferro Central do Paraná
à União. Todavia, desde o advento da Lei 5768, de 10 de maio
de 1968, o Executivo está de posse da referida autorização.
Mais ainda, o orçamento geral do Estado para o exercício de
1976, inclui, como fonte de receita, recursos oriundos dessa
transferência, os quais, segundo o mesmo documento, vêm
sendo percebidos por vários anos. Por que, então, solicitar
novamente a autorização?

2 — Se o convênio de transferência, autorizado pela citada
Lei, no art. 7º, já foi celebrado, a renovação da faculdade, em
face da flagrante inutilidade, sugere novas interrogações que o
deputado, nos limites de sua atuação, infelizmente não pode
responder.

3 — A finalidade da “indenização” (sic), objeto do art. 2º,

do Projeto, passa a ser, de preferência, o Programa Especial de Rodovias Alimentadoras, ao contrário do que dispunha a Lei 5768, de 10 de maio de 1968, onde a construção de um oleoduto entre Paranaguá e Curitiba era o projeto preferido. Em primeiro lugar, diga-se de que esta não é matéria de lei e, sim, de gestão ordinária da administração, sendo, por conseguinte, dispensável o seu tratamento legal. Por outro lado, a redação é tão elástica que, mesmo que fosse matéria de lei, teria de ser melhor precisada, visto como a determinação de o Governador "gestionar" para obter "preferência para o Programa Especial de Rodovias Alimentadoras, entre outras selecionadas para a indenização" é uma ordem muito vaga, pois o poder de "gestionar" é muito pessoal, subjetivo e de difícil aferição. Por fim, o "Programa Especial de Rodovias Alimentadoras" compõe um elenco de obras selecionadas para receber os recursos provenientes da "indenização" (sic), o qual é inteiramente desconhecido deste Poder. Caso o Governador não consiga vincular os pagamento federais ao programa de estradas vicinais, qual seria a obra imediatamente colocada na escala de prioridades para figurar nas gestões do órgão do Poder Executivo?

4 — Aos 23 de julho de 1971, por força de disposição legal (Lei 6134/70) o Governo do Estado e o Governo da União celebraram um convênio disciplinando a transação do acervo da Estrada de Ferro Central do Paraná, descendo a detalhes como, por exemplo, a criação de uma Comissão Mista destinada a formalizar, de uma vez por todas, a transação focalizada.

Em face do exposto, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, o deputado subscrevente se encontra perplexo diante das contradições e obscuridades, ou da superposição de atos e normas sobre a matéria do projeto e, por melhor boa vontade que possa não consegue formar convicção, nem a favor, nem contra, o objeto da mensagem governamental.

Por essa razão, requeiro de Vossa Excelência, ouvido o preclaro plenário da Comissão, seja o projeto convertido em diligência para que o Poder Executivo ofereça maiores detalhes e informações, a fim de orientar seguramente a Casa, que não pode, nem deve, decidir às escuras.

É o meu voto em separado.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente
a) DENI SCHWARTZ — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 185/75

I — O presente Projeto de Lei oriundo da Mensagem Governamental número 147/75, objetiva o Senhor Governador obter autorização desta Assembléia Legislativa para transferir o Acervo da Estrada de Ferro do Paraná à União Federal.

II — Do ponto de vista legal ou constitucional, não há impedimento, porquanto o Senhor Governador por força de dispositivos constitucionais tem condições legais para assim proceder.

III — Nestas condições ratificamos a proposta de transferência, por entender justa e oportuna, a iniciativa de lei.
Parecer favorável, pois.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente
a) IVAN RUPPEL — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 185/75

O Senhor Governador encaminha a esta Casa, através da Mensagem, que foi transformada no Projeto de Lei ora em

exame, anteprojeto que dispõe sobre a transferência à União Federal, do acervo da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Sobre as conveniências econômico-financeiras para o Estado do Paraná da transação, não cabe dúvidas.

É suficiente ler a exposição de motivos que acompanhou o anteprojeto, e, também, as informações prestadas pelo Senhor Secretário de Transportes.

Pela aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 18 de dezembro de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
a) GABRIEL MANOEL — Relator

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 185/75, queiram levantar-se.

Votaram a favor 35 Srs. Deputados. Há quorum e está aprovado o Projeto.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 187/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 150/75, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre a Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., COM EMENDA' - APROVADO.

PROJETO DE LEI Nº 187/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

TÍTULO I

GENERALIDADES

CAPÍTULO ÚNICO

DESTINAÇÃO, MISSÕES E SUBORDINAÇÃO

Art. 1º — A Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), considerada força auxiliar, reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e na disciplina, em conformidade com as disposições do Decreto-Lei 667, de 2 de julho de 1969, destina-se à manutenção da ordem pública na área do Estado do Paraná.

Art. 2º — Compete à Polícia Militar:

I — Executar, com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares às Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pelas autoridades policiais competentes, conceituadas na legislação federal pertinente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;

II — atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem;

III — atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas;

IV — atender à convocação do Governo Federal em caso de guerra externa, ou para prevenir ou reprimir grave subversão da ordem, ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se ao Comando da 5ª Região Militar, para emprego em suas atribuições específicas de Polícia Militar e como participante da Defesa Territorial;

V — realizar serviços de prevenção e de extinção de incêndios, simultaneamente com o de proteção e salvamento de vidas e material nos locais de sinistro, bem como o de busca e salvamento, prestando socorros em caso de afogamento, inundações, desabamentos, acidentes em geral, catástrofes e calamidades públicas.

Art. 3º — A Polícia Militar, nos termos da legislação federal pertinente, subordina-se operacionalmente ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Art. 4º — A administração, o comando e o emprego da Corporação são da competência e responsabilidade do Comandante-Geral, assessorado e auxiliado pelos órgãos de direção.

TÍTULO II

ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR

CAPÍTULO I

ESTRUTURA GERAL

Art. 5º — A Polícia Militar é estruturada em órgãos de direção, órgãos de apoio e órgãos de execução.

Art. 6º — Os órgãos de direção realizam o comando e a administração da Corporação, competindo-lhes:

I — Imcumbir-se do planejamento em geral, visando à organização da Corporação, às necessidades em pessoal e em material e ao emprego da Polícia Militar para o cumprimento de suas missões;

II — acionar, por meio de diretrizes, e ordens, os órgãos de apoio e os de execução;

III — coordenar, controlar e fiscalizar a atuação dos órgãos de apoio e dos de execução.

Art. 7º — Os órgãos de apoio realizam as atividades-meio da Corporação, atendendo às necessidades de pessoal, de animais e de material de toda a Polícia Militar. Atuam em cumprimento das diretrizes e ordens dos órgãos de direção.

Art. 8º — Os órgãos de execução são constituídos pelas unidades operacionais da Corporação e realizam as atividades-fim da Polícia Militar; cumprem as missões ou a destinação da Corporação. Para isso executam diretrizes e ordens emanadas dos órgãos de direção e são apoiados, em suas necessidades de pessoal, de animais, de material e de serviços, pelos órgãos de apoio.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO

Art. 9º — Os órgãos de direção compõem o Comando-Geral da Corporação, que compreende:

- a) o Comandante-Geral;
- b) o Estado-Maior, como órgão de direção geral;
- c) as Diretorias, como órgãos de direção setorial;
- d) a Ajudância-Geral, como órgão que atende as necessidades de material e de pessoal do Comando Geral;
- e) Comissões;
- f) Assessorias;
- g) Consultoria-Jurídica.

Art. 10 — O Comandante-Geral é o responsável superior pelo Comando e pela administração da Corporação. Será um oficial superior combatente, do serviço ativo do Exército, preferentemente do posto de Coronel ou Tenente-Coronel, proposto ao Ministro do Exército pelo Governador do Estado.

§ 1º — Excepcionalmente o cargo de Comandante-Geral poderá ser atribuído a um Coronel do Quadro de Oficiais Policiais Militares, da ativa da Polícia Militar, ouvido o Ministro do Exército.

§ 2º — O provimento do cargo de Comandante-Geral será feito por ato do Governador do Estado.

§ 3º — Quando se tratar de oficial do Exército, o ato referido no parágrafo anterior dar-se-á após ser o indicado posto à disposição do Governo do Estado, para esse fim, por decreto federal.

§ 4º — Os atos de nomeação do Comandante-Geral e de exoneração do substituído devem ser simultâneos.

§ 5º — O Oficial do Exército nomeado para o cargo de Comandante-Geral será comissionado no mais alto posto da Corporação, se sua patente for inferior a esse posto.

§ 6º — O Comandante-Geral tem precedência hierárquica sobre os oficiais do último posto da Corporação.

§ 7º — O Comandante-Geral disporá de:

- a) um Assistente, oficial superior da Corporação;

b) um Ajudante-de-Ordens, capitão ou oficial subalterno da Corporação.

Art. 11 — O Estado-Maior é o órgão de direção-geral responsável perante o Comandante-Geral, pelo estudo, planejamento, coordenação, fiscalização e controle de todas as atividades da Polícia Militar, cabendo-lhe a elaboração de diretrizes e ordens do Comando-Geral no acionamento dos órgãos de direção setorial e de execução no cumprimento de suas missões.

§ 1º — O Estado-Maior é assim organizado:

- a) Chefe do Estado-Maior;
 - b) Subchefe do Estado-Maior;
 - c) Seções do Estado-Maior;
- 1ª Seção (PM/1): assuntos relativos ao pessoal e a legislação;
- 2ª Seção (PM/2): assuntos relativos a informações;
- 3ª Seção (PM/3): assuntos relativos a operações, ensino e instrução;
- 4ª Seção (PM/4): assuntos relativos à logística e à estatística;
- 5ª Seção (PM/5): assuntos civis;
- 6ª Seção (PM/6): assuntos relativos ao planejamento administrativo e orçamentação.

§ 2º — O Chefe do Estado-Maior é o principal assessor do Comandante-Geral; dirige, orienta, coordena e fiscaliza os trabalhos do Estado-Maior e acumula as funções de Sub-Comandante da Polícia Militar, substituindo o Comandante-Geral em seus impedimentos.

§ 3º — O Chefe do Estado-Maior será escolhido pelo Comandante-Geral entre os Coronéis do Quadro de Oficiais Policiais Militares, do serviço ativo da Corporação e terá precedência funcional e hierárquica sobre os demais.

§ 4º — O Subchefe do Estado-Maior, oficial superior da Polícia Militar, auxiliará diretamente o Chefe do Estado-Maior, principalmente no controle de resultados e na gerência de projetos especiais.

§ 5º — O substituto eventual do Chefe do Estado-Maior é o Coronel do Quadro de Oficiais Policiais Militares mais antigo, em função.

Art. 12 — As Diretorias, órgãos de direção setorial, são organizadas sob a forma de sistemas para as atividades de ensino, de pessoal, de administração financeira, contabilidade e auditoria, de logística e de saúde.

§ 1º — As Diretorias de que trata este artigo são:

- a) Diretoria de Ensino
- b) Diretoria de Pessoal;
- c) Diretoria de Finanças;
- d) Diretoria de Apoio Logístico; e
- e) Diretoria de Saúde.

§ 2º — As Direções são chefiadas por Coronéis do Quadro de Oficiais Policiais Militares, com exceção da Diretoria de Saúde que será chefiada por um Coronel médico, do Quadro de Saúde.

Art. 13 — Com desenvolvimento da PMPR poderá ser organizado e mantido um centro de processamento de dados e de microfilmagem.

Art. 14 — A Diretoria de Ensino é o órgão de direção setorial do Sistema de Ensino. Incumbe-se do Planejamento, coordenação, fiscalização e controle das atividades de formação, aperfeiçoamento e especialização de Oficiais e Praças da Polícia Militar.

Art. 15 — A Diretoria de Pessoal é o órgão de direção setorial do Sistema de Pessoal que se incumbe do planejamento, execução, controle e fiscalização das atividades relacionadas com pessoal policial-Militar e civil, englobamento:

- I — Classificação e movimentação de pessoal;
- II — promoções, assessorando as respectivas comissões;
- III — inativos e pensionistas;
- IV — cadastro e avaliação;

- V – direitos, deveres e incentivos;
- VI – justiça e disciplina;
- VII – recrutamento e seleção;
- VIII – mobilização de pessoal;
- IX – assistência social;
- X – assistência jurídica;
- XI – assistência religiosa;
- XII – identificação; e
- XIII – psicoprognóstico e orientação.

Art. 16 – A Diretoria de Finanças é o órgão de direção setorial do Sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria. Supervisiona as atividades financeiras de todos os órgãos da Corporação e faz a distribuição de recursos aos responsáveis pelas despesas, de acordo com o planejamento estabelecido.

Art. 17 – A Diretoria de Apoio Logístico é o órgão de direção setorial do Sistema Logístico que se incumba do planejamento, coordenação, fiscalização e controle das atividades de suprimento e manutenção de material, de obras e de patrimônio.

Art. 18 – A Diretoria de Saúde é o órgão de direção setorial do Sistema de Saúde que se incumba do planejamento, coordenação, fiscalização e controle das atividades de saúde, bem como do tratamento das questões referentes ao estado sanitário do pessoal da Corporação e de seus dependentes, bem como dos animais do seu efetivo.

Art. 19 – A Ajudância-Geral tem a seu cargo as funções administrativas do Quartel do Comando-Geral, considerado como organização policial militar (OPM), bem como algumas atividades de pessoal para a Corporação, cabendo-lhe:

- I – trabalhos de secretaria, incluindo correspondência, correio, protocolo-geral, arquivo-geral, e boletim;
- II – serviço de embarque da Corporação;
- III – apoio de pessoal auxiliar aos órgãos do Comando-Geral;
- IV – segurança do Quartel do Comando-Geral;
- V – serviços gerais do Quartel do Comando-Geral;
- VI – administração financeira, contabilidade, tesouraria, almoxarifado e aprovisionamento do Quartel do Comando-Geral.

Parágrafo único – O Ajudante-Geral é um Coronel do Quadro de Oficiais Policiais Militares e terá atribuição de Comandante do Quartel do Comando-Geral.

Art. 20 – Existirão, normalmente, as seguintes comissões, todas regidas por legislação própria:

- I – Comissão de Promoção de Oficiais;
- II – Comissão de Promoções de Praças;
- III – Comissão de Concessão de Medalhas e Diplomas.

Parágrafo único – A critério do Comandante-Geral poderão ser nomeadas outras comissões, de caráter temporário e destinadas a determinados estudos.

Art. 21 – A Consultoria Jurídica é o órgão que presta assessoramento direto ao Comando-Geral, competindo-lhe o estudo de questões de direito compreendidas na política de administração geral da Corporação, exames de aspectos de legalidade dos atos e normas que lhe foram submetidos à apreciação e demais atribuições que venham a ser previstas em regulamentos.

Art. 22 – As assessorias, constituídas, eventualmente, para determinados estudos que escapem às atribuições normais e específicas dos órgãos de direção, destinam-se a dar flexibilidade à estrutura do Comando da Corporação.

Parágrafo único – As assessorias, de que trata este artigo, poderão ser constituídas por civis.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DE APOIO

Art. 23 – Os órgãos de apoio compreendem:

- I – Órgãos de apoio do ensino:

- a) Academia Policial Militar do Guatupê (APMG);
- b) Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP);

- c) Colégio da Polícia Militar;
- II – Órgão de apoio de pessoal:
- Centro de Recrutamento e Seleção (CRS).

- III – Órgão de apoio financeiro:
- Centro de Finanças.

- IV – Órgãos de apoio logístico:

- a) Centro de Suprimento e Manutenção de Material Bélico (CSM/MB);

- b) Centro de Suprimento e Manutenção de Intendência (CSM/Int);

- c) Centro de Suprimento e Manutenção de Obras (CSM/O);

- V – Órgãos de apoio de saúde:

- a) Hospital da Polícia Militar (HPM);

- b) Centro Odontológico (COPM);

- c) Centro Veterinário (CVPM);

- d) Juntas Médicas.

Art. 24 – Os órgãos de apoio de ensino são subordinados à Diretoria de Ensino e destinam-se à formação, aperfeiçoamento e especialização de oficiais e praças, bem como ao desenvolvimento de estudos e pesquisas técnicas.

Art. 25 – O órgão de apoio de pessoal subordina-se à Diretoria de Pessoal.

Art. 26 – O órgão de apoio financeiro subordina-se à Diretoria de Finanças.

Art. 27 – Os órgãos de apoio logístico subordinam-se à Diretoria de Apoio Logístico e destinam-se ao recebimento, estocagem e distribuição de suprimentos, à execução de obras, à manutenção de todo o material, ao transporte de pessoal, de animais e de material, em proveito de toda a Corporação.

Art. 28 – Os órgãos de saúde subordinam-se à Diretoria de Saúde e destinam-se à execução das atividades de saúde em proveito do pessoal da Corporação e de seus dependentes, bem como dos animais de seu efetivo.

Art. 29 – Para os serviços de apoio deve ser utilizada, sempre que possível, mão-de-obra civil.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

Art. 30 – Os órgãos de execução da Polícia Militar constituem as unidades operacionais da Corporação e são de duas naturezas:

I – Unidades de Polícia Militar, assim denominadas as unidades operacionais que têm a seu encargo as missões policiais-militares definidas nos itens I, II, III e IV do artigo 2º desta lei;

II – Unidades de Bombeiros, assim denominadas as unidades operacionais que têm a seu encargo as missões específicas de sua designação, definidas nos itens IV e V do artigo 2º desta lei.

Art. 31 – As Unidades de Polícia Militar sediadas na área metropolitana de Curitiba são operacionalmente subordinadas ao Comando do Policiamento da Capital (CPC), que é o responsável, perante o Comandante-Geral, pelo cumprimento das missões policiais-militares nessa área.

Art. 32 – As Unidades de Polícia Militar que tenham seus efetivos predominantemente destacados no interior do Estado, são operacionalmente subordinadas ao Comando do Policiamento Interior (CPI), que é o responsável, perante o Comandante-Geral, pelo cumprimento das missões policiais-militares naquela área do Estado.

Art. 33 – As Unidades de Bombeiros são operacional e administrativamente subordinadas ao Comando do Corpo de Bombeiros, que é o responsável, perante o Comandante-Geral, pelo cumprimento das missões de bombeiros em todo o Estado do Paraná.

Art. 34 — Os Comandos do Policiamento da Capital, do Interior e o do Corpo de Bombeiros são escalões intermediários de comando.

Art. 35 — As unidades e subunidades operacionais de Polícia Militar terão supridas suas necessidades de pessoal, de animais e de material pelos órgãos de apoio da Corporação, devendo, quando for o caso, serem ouvidos os comandos a que estiverem, operacionalmente, subordinadas, particularmente quanto a prioridade.

Art. 36 — As unidades e subunidades operacionais de bombeiros terão supridas as suas necessidades de material, quer diretamente pelo órgão do Corpo de Bombeiros, quer pelos órgãos de apoio da Corporação e suas necessidades de pessoal pelo órgão próprio da Polícia Militar.

SEÇÃO I

DAS UNIDADES DE POLÍCIA MILITAR

Art. 37 — Em razão dos diferentes objetivos da missão policial-militar, da diversidade de processos a serem empregados para o cumprimento dessa missão e em razão de características fisiográficas do Estado, as unidades operacionais da Polícia Militar são dos seguintes tipos:

I — BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO, GRUPO) DE POLÍCIA MILITAR (BPM — Cia PM - Pel PM - Gp PM): encarregado do policiamento ostensivo normal de uma determinada área, traduzido pela ação de patrulheiros-a-pé, montados ou motorizados;

II — COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA MILITAR (Cia Ind PM): encarregada das mesmas atribuições do Batalhão de Polícia Militar, em áreas de menores dimensões que, por suas condições peculiares, não estejam incluídas na área jurisdicional de um BPM;

III — BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO) DE POLÍCIA PORTUÁRIA (B P Port Cia P Port - Pel P Port): encarregado das mesmas atribuições do Batalhão de Polícia Militar, em instalações portuárias e nas localidades do litoral do Estado.

IV — BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO, GRUPO) DE POLÍCIA DE TRÂNSITO (BP Tran - Cia P Tran - Pel P Tran - Gp P Tran): encarregado do policiamento especializado de trânsito em áreas urbanas, com vistas ao cumprimento das regras e normas estabelecidas pelo Departamento Estadual de Trânsito ou órgão municipal congênere e de acordo com o Código ou órgão municipal congênere e de acordo com o Código Nacional de Trânsito.

V — BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO) DE POLÍCIA DE RADIOPATRULHA (BP RP - Cia P RP - Pel P RP): encarregado do policiamento ostensivo normal em determinada área, caracterizando-se pelo emprego de viaturas em ligação radiofônica, permanente com um centro de operações de localidade.

VI — BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO) DE POLÍCIA DE GUARDA (BP Gd - Cia P Gd - Pel P Gd): encarregado do policiamento ostensivo normal, visando à guarda e segurança de estabelecimentos públicos, em particular, a sede dos poderes públicos, em particular, a sede dos poderes públicos estaduais, a residência dos chefes desses poderes e a de personalidades nacionais e estrangeiros, presídios e outros estabelecimentos penais, bem como apoio à fiscalização fazendária.

VI — BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO) DE POLÍCIA DE CHOQUE (BP Chq - Cia P Chq - Pel P Chq): encarregado do policiamento ostensivo visando ao restabelecimento da ordem já perturbada, com o emprego de força. Sua ação será exercida nos eventos que requeiram atuação pronta e nêrgica de tropa especialmente instruída e treinada para missões de contraguerrilha urbana e rural; sempre que as necessidades exigirem, pode ser empregado em outros tipos de policiamento, a critério do Comandante-Geral.

VIII — BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO, GRUPO) DE POLÍCIA FLORESTAL (BP Flo - Cia P Flo - Pel P Flo - Gp P Flo): encarregado do policiamento ostensivo, visando ao cumprimento dos dispositivos legais na proteção da fauna, da flora e do meio ambiente.

IX — BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO, GRUPO) DE POLÍCIA RODOVIÁRIA (Bp Rv - Cia P Rv - Pel P Rv - Gp P Rv): encarregado do policiamento ostensivo visando ao cumprimento das regras e normas de tráfego rodoviário, estabelecidas pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem ou pelo Departamento Nacional de Estradas e de acordo com o Código Nacional de Trânsito.

X — REGIMENTO (ESQUADRÃO, PELOTÃO) DE POLÍCIA MONTADA (Reg P Mot Esq P Mot - Pel P Mont): encarregado do policiamento ostensivo normal em locais de difícil acesso ou onde sua presença possa facilitar as ações. A critério do comandante-Geral poderá ser empregado para apoiar ações de polícia de choque.

Parágrafo único — Com o desenvolvimento do Estado e consequente aumento das necessidades de segurança, poderão ser criadas unidades para emprego em outros tipos de policiamento específico preconizados pela Inspetoria Geral das Polícias Militares.

Art. 38 — Os Batalhões (Regimentos) são constituídos de um Comandante, um Subcomandante, um Estado-Maior, elementos do Comando (Companhia ou Pelotão de Comando e Serviços, e de fração subordinadas (Companhias - Esquadrões) em número variável, de acordo com as necessidades indicadas pela missão. Sua organização pormenorizada constará dos Quadros de Organização da Polícia Militar.

Art. 39 — Os batalhões e as Companhias Independentes de Polícia Militar, em princípio, integram as missões de policiamento ostensivo normal, de trânsito, de guarda, de radiopatrulha, de choque ou de outros tipos, de acordo com as necessidades das áreas por eles jurisdicionadas, a critério do Comandante-Geral.

SEÇÃO II

DO CORPO DE BOMBEIROS

Art. 40 — O Corpo de Bombeiros é estruturado em órgãos de direção, órgãos de apoio e órgãos de execução.

Parágrafo único — Os órgãos mencionados neste artigo têm as mesmas atribuições previstas para os órgãos correspondentes da Corporação, indicadas nos artigos 6º, 7º e 8º desta lei, respectivamente, no que for aplicável ao Corpo de Bombeiros.

Art. 41 — Os órgãos de direção do Corpo de Bombeiros compõem o Comando do Corpo de bombeiros, que compreende:

I — Comandante;

II — Estado Maior;

III — Ajudância;

IV — Divisão de Administração e Finanças;

V — Centro de Operações de Bombeiros (COBOM);

VI — Comissão Especial para o trato dos assuntos de prevenção e combate a incêndios florestais.

§ 1º — O Comandante do Corpo de Bombeiros será um coronel da ativa do Quadro de Oficiais Bombeiros Militares, em princípio o mais antigo; caso o escolhido não seja o mais antigo, terá ele precedência funcional sobre os demais.

§ 2º — Excepcionalmente, a critério do Comandante-Geral, o Comandante do Corpo de Bombeiros poderá ser um coronel da ativa do Quadro de Oficiais Policiais Militares.

§ 3º — O Estado-Maior do Corpo de Bombeiros é assim organização:

a) Chefe do Estado-Maior;

b) 1ª Seção (BM/1): assuntos relativos ao pessoal e legislação;

c) 2ª Seção (BM/2): assuntos relativos a informações;

d) 3ª Seção (BM/3): assuntos relativos a operações, ensino e instrução;

e) 4ª Seção (BM/4): assuntos relativos à logística e à estatística;

f) 5ª Seção (BM/5): assuntos civis;

g) 6ª Seção (BM/6): assuntos relativos ao planejamento administrativo e orçamentação;

h) 7ª Seção (BM/7): assuntos de segurança contra incêndios e de explosões e suas consequências.

§ 4º — O Chefe do Estado-Maior, com atribuições de Subcomandante, é o substituto eventual do Comandante do Corpo de Bombeiros nos impedimentos deste.

§ 5º — A ajudância é encarregada de trabalhos relativos a correspondência, correio, protocolo, boletim e arquivo, bem como do apoio de pessoal auxiliar necessário nos trabalhos burocráticos do comando, nos serviços gerais e na segurança do Quartel Central do Corpo de Bombeiros.

§ 6º — A Divisão de Administração e Finanças incumbem-se do trato dos assuntos ligados à administração do pessoal, do material e financeira do Corpo de bombeiros.

§ 7º — Ao Centro de Operações de Bombeiros, como órgão central de integração operacional, compete a direção, controle e coordenação:

a) do emprego do pessoal e material, no cumprimento das missões de bombeiros, bem como das unidades que estiverem em reforço ou em apoio ao Corpo de Bombeiros;

b) das atividades de comunicações de comunicações do Corpo de Bombeiros.

Art. 42 — Os órgãos de apoio do Corpo de Bombeiros compreendem:

I — Centro de Suprimento e Manutenção de Material Operacional (CSM/MOP);

II — Centro de Ensino e Instrução (CEI).

Parágrafo único — O apoio de saúde ao pessoal do Corpo de Bombeiros será prestado pelos órgãos de saúde da Corporação.

Art. 43 — O Centro de Suprimento e Manutenção de Material Operacional (CSM/MOP) é o órgão incumbido do recebimento, da estocagem e da distribuição dos prumeirmentos e da execução da manutenção no que concerne ao armamento e munição, ao material de comunicações, ao material de motomecanização e ao material especializado de bombeiros.

Art. 44 — O Centro de Ensino e Instrução é o órgão incumbido da formação técnica, da instrução de manutenção e atualização da tropa, bem como do atendimento da formação de pessoal civil para atuação na área preventiva contra incêndios.

Parágrafo único — O ensino de formação e aperfeiçoamento de oficiais e praças será ministrado pela Academia Militar do Guatupê e pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, que manterão os respectivos cursos, bem como por outras organizações militares, policiais-militares e, mediante convênio, por organizações civis.

Art. 45 — Os órgãos de execução do Corpo de Bombeiros são constituídos pelas unidades operacionais que serão organizadas em:

I — Grupamento (Subgrupamento) de Incêndio (GI - S/GI): incumbido da missão de extinção de incêndios. Tem condições de realizar missões de busca e salvamento e é subordinado ao Comando do Corpo de Bombeiros.

II — Seção de Combate a Incêndio (SCI): organização subordinada a um Grupamento (Subgrupamento) de Incêndio (GI - S/GI) e com as mesmas missões e características deste;

III — Grupamento (Subgrupamento) de Busca e Salvamento (GBS - S/GBS): organização diretamente subordinada ao Comando do Corpo de Bombeiros, incumbido das missões de busca e salvamento.

Art. 46 — Os grupamentos (subgrupamentos) de incêndios são assim organizados:

I — Comandante;

II — Subcomandante;

III — Estado-Maior (somente no GI);

IV — Seção de Comando e Serviço;

V — Seção de Combate a Incêndios.

§ 1º — A Seção de Combate a Incêndios contará com número variável de subseções de combate a incêndios, de salvamento e proteção e outras, em função de sua aplicação.

§ 2º — Quando um elemento de extinção de incêndio integrar missões de busca e salvamento deverá ser dotado de elemento de busca e salvamento.

Art. 47 — Os grupamentos (subgrupamentos) de busca e salvamento são assim organizados:

I — Comandante;

II — Subcomandante;

III — Estado-Maior (somente no GBS);

IV — Seção de Comando e Serviços;

V — Seção de Busca e Salvamento.

Parágrafo único — A seção de busca e salvamento poderá contar com elemento de busca e salvamento terrestre e de busca e salvamento aquático.

Art. 48 — As Unidades Bombeiros que, como órgãos de execução, compõem o Corpo de Bombeiros, bem como a sua organização prmenorizada e efetivo, constarão do Quadro de Organização da Polícia Militar do Estado do Paraná.

TÍTULO III

RESPONSABILIDADES DAS UNIDADES

OPERACIONAIS

CAPÍTULO ÚNICO

ÁREAS DE RESPONSABILIDADES E

DESDOBRAMENTO

Art. 49 — O Estado será dividido em áreas, em função das necessidades decorrentes das missões normais de Polícia Militar e das características regionais; essas áreas serão atribuídas à responsabilidade total dos batalhões ou companhias independentes de Polícia Militar.

§ 1º — Cada área de batalhão de Polícia Militar será dividida em subáreas atribuídas às companhias de Polícia Militar subordinadas; as subáreas, por sua vez, serão divididas em setores de responsabilidade de pelotões de Polícia Militar.

§ 2º — Na Capital e nas grandes cidades do interior, as áreas de responsabilidades dos batalhões de Polícia Militar poderão deixar de ser divididas.

§ 3º — Os comandos de batalhões, em todo o Estado, e os comandos de companhia e pelotão de Polícia Militar, no interior, deverão ser sediados na área, subárea ou setor de sua responsabilidade.

Art. 50 — A organização e o efetivo de cada OPM operacional será função das necessidades, das características fisiográficas, psicossociais, políticas e econômicas das áreas, subáreas ou setores de responsabilidade.

§ 1º — Um batalhão (regimento) de Polícia Militar terá de 2 (duas) a 6 (seis) companhias (esquadrões) e elementos de comando e serviços; uma companhia terá de dois a seis pelotões e elementos de comando e serviços; um pelotão terá de dois a seis grupos; um grupo será constituído de um sargento e três soldados, no mínimo.

§ 2º — Quando o número de companhias de Polícia Militar necessário a determinada área ultrapassar a seis subunidades, a mesma deverá dar origem a duas novas áreas de batalhão.

Art. 51 — A cada município que não seja sede de BPM, Cia PM ou Pel PM, corresponderá um Destacamento Policial-Militar (dst PM), constituído de, pelo menos, um Grupo de Polícia Militar.

§ 1º — Os distritos municipais, cujas necessidades assim o exigirem terão um subdestacamento policial-militar (S Dst PM)

ou, até mesmo, um destacamento PM.

§ 2º — O efetivo dos Dst PM e S Dst PM, respeitados os limites dispostos nesta lei, serão fixados levando-se em conta as exigências de segurança do município.

§ 3º — O Subdestacamento PM terá o efetivo mínimo de dois soldados PM e será comandado por um cabo PM.

Art. 52 — Na Capital e no interior do Estado, sempre que o estudo da situação indicar, poderão ser criados, a critério do Comandante-Geral, mediante aprovação do Estado-Maior do Exército, Comandos de Policiamento de Área (CPA), escalões intermediários, subordinados, respectivamente, ao Comando do Policiamento da Capital e ao Comando do Policiamento do Interior.

Parágrafo único — Os Comandos de Policiamento de Área em suas respectivas jurisdições, terão atribuições semelhantes aos comandos de policiamento, da capital e do interior.

TÍTULO IV

PESSOAL

CAPÍTULO I

DO PESSOAL

Art. 53 — O pessoal da Polícia Militar, compõe-se de:

I — Pessoal da ativa;

a) Oficiais, constituindo os seguintes quadros:

- 1) Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM);
- 2) Quadro de Oficiais Bombeiros Militares (QOBM);
- 2) Quadro de Saúde, compreendendo:

- Oficiais Médicos;
- Oficiais Dentistas;
- Oficiais Veterinários; e
- Oficiais Bioquímicos.

4) Quadro de Oficiais Especialistas (QOE), compreendendo:

- Oficiais Músicos; e
- Oficiais de Comunicações.

5) Quadro de Capelães Policiais-Militares (QCPM);

6) Quadro de Oficiais de Administração (QOA).

b) Praças Especiais de Polícia Militar, compreendendo:

- 1) Aspirantes a Oficial PM;
- 2) Alunos Oficiais PM.

c) Praças, compreendendo:

- 1) Praças Policiais-Militares (Praças PM);
- 2) Praças Bombeiros-Militares (Praças BM).

II — Pessoal inativo:

a) Pessoal da reserva remunerada: Oficiais e Praças transferidos para a reserva remunerada;

b) Pessoal reformado: Oficiais e Praças reformados.

III — Pessoal Civil.

Art. 54 — As Praças Policiais-Militares e Bombeiros-Militares serão agrupadas em qualificações policiais-militares gerais e particulares (QPMG e QPMP).

§ 1º — A diversificação das qualificações previstas neste artigo será a mínima indispensável, de modo a possibilitar uma ampla utilização das Praças nelas incluídas.

§ 2º — O Governador do Estado baixará, em decreto, as normas para a qualificação policial-militar das Praças, mediante proposta do Comandante-Geral, ouvida a Inspeção Geral das Polícias Militares.

CAPÍTULO II

DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR

Art. 55 — O efetivo da Polícia Militar será fixado na Lei de Fixação dos Efetivos da Polícia Militar do Estado do Paraná que, será proposta pelo Governador do Estado à Assembleia Legislativa, com observância da legislação específica.

Art. 56 — Respeitado o efetivo fixado em lei, cabe ao Chefe do Poder Executivo do Estado aprovar, mediante decreto, os Quadros de Organização (QO), elaborados pelo Comandante-Geral da Corporação e com observância específica.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 57 — A organização básica prevista nesta lei deverá ser efetivada progressivamente, na dependência de disponibilidade de instalações, de material e de pessoal, a critério do Governador do Estado, ouvido o Estado-Maior do Exército.

Art. 58 — É Mantido como órgão de direção da Polícia Militar enquanto não se estruturar completamente a Diretoria de Finanças, o Conselho Econômico e Financeiro (CEF), atualmente com a designação de Conselho Econômico e Administrativo, presidido pelo Comandante-Geral, e composto por seis oficiais da Polícia Militar do posto de coronel e em função prevista no QO, em vigor, da Corporação.

§ 1º — Nas reuniões do Conselho Econômico e Financeiro, ao Comandante-Geral cabe o voto de desempate.

§ 2º — O Conselho Econômico e Financeiro tem a seu cargo a aplicação das verbas provenientes da retenção de cinquenta por cento da indenização para aquisição e conservação de fardamento dos integrantes da Corporação, bem como de todos os fundos de interesse da Polícia Militar.

§ 3º — Mediante delegação do Comandante-Geral, o Conselho Econômico e Financeiro poderá exercer a fiscalização de toda a receita e despesa da Corporação.

Art. 59 — O preenchimento dos quadros de oficiais e de praças Bombeiros-Militares, por opção, será regulado por decreto do Chefe do Poder Executivo, mediante proposta do Comandante-Geral da Corporação, que estabelecerá as normas para o aproveitamento dos atuais oficiais e praças combatentes da PMPR, nos quadros de Bombeiros-Militares.

Art. 60 — A exceção dos oficiais médicos, dentistas, veterinários, farmacêuticos e químico-laboratoristas, são considerados em extinção os atuais quadros de oficiais especialistas e extintos os de praças especialistas e artífices previstos na Lei Estadual número 5797, de 24 de julho de 1968.

Art. 61 — Passa a integrar o Quadro de Saúde o pessoal dos quadros de especialistas de saúde referidos no artigo anterior.

Art. 62 — Os oficiais pertencentes aos quadros em extinção, continuarão no exercício de suas funções, de acordo com as normas regulamentares e o interesse da Corporação, assegurando-se-lhes o direito de acesso aos postos hierárquicos, previstos e existentes, em seus respectivos quadros, até a data da extinção.

Art. 63 — O aproveitamento das Praças Artífices, extintos por esta Lei, será regulado por ato do Comandante-Geral da Corporação, após aprovação das normas para o preenchimento das QPMG e QPMP.

Art. 64 — Passam a integrar o Quadro de Oficiais Policiais Militares, os oficiais oriundos do Quadro de Oficiais Combatentes, bem como os que, após concluírem o Curso de Formação de Oficiais da Corporação, forem promovidos ao posto de segundo-tenente.

Art. 65 — Passam a integrar o Quadro de Oficiais Bombeiros-militares, os oficiais que forem aproveitados na forma da legislação peculiar e os que concluírem o Curso de Formação de Oficiais Bombeiros-Militares, na Corporação ou em curso congênere de outra corporação, e forem promovidos ao posto de segundo-tenente.

Art. 66 — São praças de qualificação policial-militar geral "policiais-militares" (QMPG - PM) os atuais praças não optantes pela qualificação Policial-Militar geral "Bombeiros-Militares" (QMPG - BM).

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 67 — O Comandante-Geral da Polícia Militar, na

forma da legislação em vigor, utilizará pessoal civil para prestar serviços de natureza técnica ou especializada e para serviços gerais.

Art. 68 — Compete ao Governador do Estado, mediante decreto, a criação, transformação, extinção, denominação, localização e estruturação dos órgãos de direção, dos órgãos de apoio e dos órgãos de execução da Polícia Militar, de acordo com organização básica prevista nesta lei e dentro dos limites fixados na lei de fixação de efetivos, por proposta do Comandante-Geral, observadas a legislação específica.

Art. 69 — A organização da Casa Militar do Gabinete do Governador do Estado e da Assessoria Policial Militar da Secretaria de Segurança Pública, será regulada por decreto do Chefe do Poder Executivo do Estado, observada a legislação específica.

Parágrafo único — O pessoal policial-militar integrante dos órgãos de que trata este artigo, constará da lei de Fixação dos Efetivos da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 70 — O pessoal da Polícia Militar, na execução do policiamento, é funcionalmente subordinado à autoridade policial-militar competente.

Parágrafo único — As solicitações de apoio policial-militar oriundas de autoridades policiais civis ou as requisições de autoridades judiciárias serão atendidas, consoante o efetivo disponível, por intermédio da autoridade policial-militar competente.

Art. 71 — O julgamento das faltas disciplinares cometidas por policial-militar, durante a execução de policiamento, far-se-á na forma do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Paraná, em vigor.

Art. 72 — A criação de organização policial-militar feminina será feita pelo Governador do Estado, ouvido os órgãos federais competentes.

Art. 73 — O conjunto de Companhias, Pelotões e Grupos de Polícia Rodoviária, independentes ou orgânicos dos Batalhões e Companhias de Polícia Militar, constitui o Corpo de Policiamento Rodoviário.

Art. 74 — A polícia Militar do Estado do Paraná, através de seu Corpo de Bombeiros, tem competência para:

I — emitir pareceres técnicos, sobre incêndios e suas consequências;

II — supervisionar o disposto na legislação quanto às medidas de segurança pública contra incêndios, inclusive instalação de equipamentos;

III — orientar tecnicamente a elaboração da legislação sobre prevenção contra incêndios, na forma do artigo 117 da Constituição Estadual (Emenda Constitucional 3, de 29 de maio de 1971).

Art. 75 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de dezembro de 1975.

a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 187/75

1. O Governador do Estado, através a Mensagem 150/75, encaminha anteprojeto de lei que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Com essa nova organização afirma o Chefe do Poder Executivo a Corporação Policial Militar do Estado ficará dotada de uma "estrutura básica inteiramente capaz de ensejar condições do pleno desempenho de suas finalidades, diminuindo o volume de órgãos que dependem diretamente da decisão do Comandante-Geral, de vinte e seis, atualmente, para oito, compatível com os princípios de organização e métodos".

O anteprojeto, que tomou o número 187/75, portanto,

visa precipuamente, a descentralização de comando, de sorte que as unidades operacionais, que são de duas naturezas — Unidades de Polícia Militar e Unidades de Bombeiros, consoante define o Art. 30, I e II, ficarão subordinadas a três comandos, intermediários, sendo, um para a Capital, um para o Interior do Estado e um Corpo de Bombeiros.

A medida é inquestionavelmente salutar, pois fará cessar a hipetrofia de comando que impede, como é óbvio, um desempenho mais diligente e eficaz da Corporação.

Em face dessa descentralização, o projeto cuida, acertadamente, da organização básica da Polícia Militar, dando-lhe uma estrutura geral adequada. No que pertine as unidades de Polícia Militar e a de Bombeiros, já referidas, ambas são minuciosamente reguladas - a primeira a partir do art. 37 - Seção I; e a segunda, na seção II, nos arts. 40 a 46.

Trata-se, porém, o projeto, no Título IV, do pessoal (Capítulo I) e do efetivo da Polícia Militar. Quanto ao pessoal, a Polícia Militar, segundo o art. 53, compõe-se de Pessoal da Ativa, Pessoal Inativo e Pessoal Civil. O pessoal ativo compreende: a) Os Oficiais constituindo os Quadros de Oficiais Policiais Militares, Oficiais Bombeiros Militares, Oficiais de Saúde, Oficiais Especialistas, Oficiais Capelões e Oficiais de Administração; b) Praças Especiais - Aspirantes-a-oficiais e Alunos Oficiais; c) Os Praças - praças policiais - militares, e praças bombeiros militares.

O pessoal inativo abrange: a) pessoal da reserva remunerada; b) pessoal reformado. Com referência ao efetivo, o Art. 55, estabelece a sua fixação decorrerá de tal lei.

Por derradeiro, as disposições transitórias e finais regulam situações peculiares surgidas em vista da nova situação, nesse passo, cabe um reparo, que se fará nos termos da emenda anexa.

2. De acordo com o Decreto Lei 667, de 02 de julho de 1969, "As Policiais Militares consideradas forças auxiliares, reserva do Exército, serão organizadas na conformidade". (Art. 1º do referido diploma legal.

Dispõe, ainda, esse mesmo Decreto, no seu Art. 5, que "As Policiais Militares serão estruturadas em órgão de Direção, de Execução e de Apoio, de acordo com as finalidades essenciais do Serviço Policial e as necessidades de cada Unidade da Federação".

No caso do Projeto, essa norma é atendida plenamente, consoante se vê do texto do Título II, Capítulos I, II, III e IV, que compreendem os Arts 5 a 52, os quais dispõem sobre a estrutura e competência, atribuições e responsabilidades dos órgãos de direção, órgãos de apoio e órgãos de execução, da PMEP.

Assim, o Projeto está em consonância com a Lei.

Constitucionalmente, por igual, nada se antepõe ao Projeto, pois a formalização da iniciativa é de competência do Governador do Estado (Art. 47, XVIII, da Constituição Estadual). Dessa forma, o Projeto é legal e constitucional.

3. Isto exposto, o parecer é FAVORÁVEL com emenda anexa.

Sala das Comissões, em 18 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 187/75

Inclua-se um parágrafo único no art. 59 com a seguinte redação:

"Art. 59 —

Parágrafo único. Os oficiais e Praças da Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), que não se enquadram na categoria de combatentes e que estejam atualmente classificados no Corpo de Bombeiros, passarão a integrar um Quadro Auxiliar

de Bombeiros, assegurando-lhes o direito de acesso aos postos hierárquicamente previstos, a ser extinto progressivamente, que será regulado em lei.

Sala das Comissões, em 18 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, apesar de saber que foi dado parecer favorável pela Comissão de Finanças, não pode encontrar no bojo o referido parecer, e consulta o plenário...

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requero a dispensa de audiência das Comissões Permanentes pelas quais o projeto deveria tramitar.

O SR. PRESIDENTE — Consulto o plenário se concorda com o requerimento do Deputado Accioly Neto, para que seja apreciado, embora não tenhamos em mãos o parecer favorável da Comissão de Finanças, que sabemos já existir.

Os que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.
— APROVADO.

Em votação o Projeto. — APROVADO.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Os que aprovam o Projeto de Lei n.º 187/75, queiram levantar-se. 31 aprovaram. Há quorum para votação. — APROVADO.

O SR. IVO THOMAZONI — Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Deferido, a Mesa vai proceder verificação de votação. — (É feita a verificação).
Não há quorum para votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, peço chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — faz a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 27 Srs. Deputados. Não há quorum para a votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem) sr. Presidente, parece-me que, entretanto, há quorum para a votação do requerimento do sr. Deputado Deni Schwartz. V. Exa., Sr. Presidente, considerou o requerimento aprovado ou rejeitado?

O SR. PRESIDENTE — Foi feita a verificação de votação e constatada a não existência de quorum. Continua em discussão o projeto. Encerrada a discussão. Em votação. Fica a votação transferida por falta de quorum.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do SR. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 23º aniversário da instalação do município de Primeiro de Maio. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja designada uma Comissão de Srs. Deputados para representar este Poder Legislativo nas solenidades de encerramento da EXPOVEL em Cascavel. — APROVADO.

A mesa designa os Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Fuad Nacli, para representarem esta Assembléia no dia de amanhã, para assistirem ao encerramento da referida exposição.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando o voto de congratu-

lações pelo transcurso do seu 29º ano de criação do Departamento de Estrada de Rodagem do Paraná. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Direção da Rede Ferroviária Nacional, pela nomeação do Engenheiro Renato Meister, como chefe do setor Sul, da mencionada organização. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrangelo constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja determinado ao cerimonial a obrigatoriedade de incluir em todas as solenidades de governo, em cujas matérias de Lei tenha participado o Poder Legislativo, a Palavra Oficial do MDB através do Presidente Regional do Diretório, do Líder da Bancada na Assembléia Legislativa ou representante credenciado.

A Mesa recebeu este requerimento, mas deixa de colocar em discussão porque entende que afronta a dignidade do Poder Executivo.

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela ordem). Sr. Presidente, gostaria de trazer ao conhecimento de V. Exa. que as normas relativas ao cerimonial são disciplinadas por um Decreto Federal e não podem ser desrespeitadas.

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo providências no sentido de coibir a invasão de casas que vem ocorrendo abusivamente em São José do Itavó, município de São Miguel do Iguaçu. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Direção da Viação Garcia, externando os agradecimentos do Poder Legislativo pela colaboração prestada por essa Empresa aos interesses comunitários do Estado. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Ministério do Exército, para que o mesmo através do Sr. Ministro, estude a viabilidade do passamento do acervo da Ex-Guarnição Militar da cidade de Castro ao Patrimônio da Universidade Estadual de Ponta Grossa, meio esse que muito representaria para extensão daquela instituição educacional de ensino superior à vizinha cidade, com a instalação do curso de Veterinária. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236 e 237/75.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251 e 252/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 203/75 e de Lei n.ºs 185/75, 187/75 e 143/75.

Levanta-se a Sessão.